

TÁXI

:: REVISTA DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO TÁXI - FPT ::
:: MEMBRO DA CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DO TÁXI - CET ::

67





PARA TER UM TÁXI ESPECIAL DE CORRIDA, PRECISA DE **CONDIÇÕES ESPECIAIS.**

A pensar em todos os que fazem tantas corridas, a **Carlar** reuniu as **condições mais vantajosas de aquisição, financiamento e manutenção** para os melhores automóveis que a ŠKODA já construiu. ŠKODA Rapid, Octavia ou Superb? A única dificuldade vai ser eleger um preferido.



Através do **ŠKODA BANK** tem acesso a **condições únicas de financiamento.**



- **Descontos:**
10% mão-de-obra
20% peças
25% óleo
- **Serviço de recolha e entrega em horário alargado**
Laranjeiras: até às 22h
Loures: até às 21h
- **Gestor de atendimento exclusivo**
- **Abertos ao sábado**

CARLAR LISBOA

STAND

Estrada da Luz, 77 A/B • 1600-152 Lisboa
GPS: N 38° 44' 57.653"; W 9° 10' 19.998"
Telemóvel: Beatriz Sousa: 917 841 244

OFICINA

Estrada das Laranjeiras, Nº 208 • 1600-139 Lisboa
GPS: N 38° 44' 45.046"; W 9° 10' 9.743"
Telemóvel: Bruno Antunes: 962 075 736

E-mail: taxi@lisboa.carlar.pt

Nº Carlar
707 300 320



CARLAR LOURES

STAND + OFICINA

Dival da Quinta Nova, Rua do Funchal - Fanqueiro • 2670-364 Loures
GPS: N 38° 50' 16.60"; W 9° 9' 52.50"

STAND

Telemóvel: Artur Lopes: 926 336 775

OFICINA

Telemóvel: António Santos: 961 774 483

E-mail: taxi@loures.carlar.pt

Nº Carlar
707 300 320





Carlos Ramos

JUSTIÇA PARA O SETOR

Atravessamos tempos de indefinição. O Governo não avança com uma posição clara e inequívoca sobre a ilegalidade da Uber. O Setor exige frontalidade e o cumprimento integral da Lei portuguesa.

Não chega declarar publicamente que “a Uber é ilegal”, pois a afirmação não produz por si qualquer efeito, para além de uma fiscalização que sempre deveria ter estado presente e não somente agora ter sido incrementada, face ao protesto justo dos industriais do Setor do Táxi.

A tensão vivida no Aeroporto da Portela, onde a atividade ilegal da Uber se sente de forma mais grave, foi a marca do estado a que chegámos. A ausência de posição mais firme por parte do Governo e do Estado para impor o cumprimento da Lei origina uma crescente impaciência que só a pronta ação da Federação Portuguesa do Táxi e dos seus responsáveis conseguiu que não se descontrolasse. As associações estão, em conjunto, a diligenciar para que a situação seja solucionada no mais breve espaço de tempo possível, defendendo os justos direitos do Setor.

As várias reuniões trouxeram do Governo um plano de medidas das quais muitas já haviam sido propostas pela FPT. É caso para questionar o *timing*, a oportunidade de apresentar medidas por que o Setor anseia há muito como “moeda de troca” para uma tentativa de regulamentação da Uber e da consequente e lamentável desregulamentação do Setor.

A falta de vontade política para efetivamente cessar toda e qualquer atividade da Uber em Portugal, seja nas ruas, seja na internet, tem sido o principal obstáculo com que as associações se deparam a cada dia, constatando que as reuniões efetuadas no Ministério do Ambiente não resolvem o que a Lei determina.

Face a este panorama desolador, as associações determinaram sensibilizar a opinião pública e mobilizam o Setor para uma iniciativa de protesto contra a ilegalidade e a deslealdade.

No dia 29 de abril dizemos ao País que não podemos ser esquecidos e relegados para o último plano de um mercantilismo selvagem, que cada vez mais nos arreda dos nossos meios de subsistência, com o pretexto de uma modernização do Setor alegadamente inexistente mas que todos sabem que já é uma realidade há anos. Temos frotas modernas, novas tecnologias e mais conforto e segurança, para melhor servir os passageiros. Respeitamos os nossos compromissos fiscais e todos os requisitos para servir as populações nos nossos táxis. Assinámos a Convenção Tarifária que regula os nossos preços e que tarda agora em ser atualizada. Queremos servir os passageiros de forma transparente e justa, em sã concorrência e em respeito pela Lei portuguesa.

As reuniões descentralizadas participadas e as sessões de esclarecimento muito concorridas são a prova de que o Setor está atento e mobilizado. Apelámos à manifestação pública do nosso descontentamento, com veemência mas sem violência.

Pelo incontornáveis direitos do nosso Setor, os industriais dão o seu contributo para o fim da ilegalidade da Uber, nas ruas da capital e por todo o País.

A nossa luta é justa!

FICHA TÉCNICA

DIRETOR Carlos Ramos **PROPRIEDADE** Federação Portuguesa do Táxi - FPT **NIF** 503404730 **REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO** Estrada de Paço do Lumiar, Lt, R-2, Loja A 1600-543 Lisboa **TELF** 217 112 870 **FAX** 217 112 879 **E-MAIL** sede@fptaxi.pt **DELEGAÇÕES FPT: NORTE** Rua Júlio Lourenço Pinto, 124, 4150-004 Porto **TELF** 223 722 900 **FAX** 223 722 899 **E-MAIL** del.norte@fptaxi.pt **CENTRO** Av. Fernão Magalhães, 481, 1º A, 3000-177 Coimbra **TELF** 239 840 057 / 912 282 060 **FAX** 239 840 059 **E-MAIL** del.centro@fptaxi.pt **SUL** Rua Coronel António Santos Fonseca, Ed. Batalha, Lt.23, R/C Dto., 8000-257 Faro **TELF** 289 878 102 **FAX** 289 878 104 **E-MAIL** del.sul@fptaxi.pt **NÚCLEO DE PORTIMÃO** Urbanização Vista Mar e Serra, Lote 24 1º Esq, 8500-783 Portimão **TELF** 961 939 083 **E-MAIL** dnucc.portimao@fptaxi.pt **EDITOR** Rafael Vicente **FOTOGRAFIA** Rafael Vicente **PAGINAÇÃO E GRAFISMO** Altodesign, Design Gráfico e Webdesign, Ida **TELF** 218 035 747 / 912812834 **E-MAIL** geral@altodesign.pt **COLABORADORES** Isabel Patrício, António Pedro, Fernando Carneiro, Carlos Lima, Patrícia Jacobetty, João Cordeiro, Armando Casa Nova, Raul Vicente (Cartoon/BD) **IMPRESSÃO** Associação dos Deficientes das Forças Armadas **TIRAGEM** 4000 exemplares **EMPRESA JORNALÍSTICA** 219182 **REGISTO DE TÍTULO** 1191183 **DEPÓSITO LEGAL** 92177/95

NÃO HAVERÁ PAZ NO SETOR SEM POSIÇÃO FIRME DO GOVERNO”

ASSOCIAÇÕES DOS TÁXIS EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA CONJUNTA, EM LUTA PELO SETOR



Estamos a defender o Setor e o público de uma atividade ilegal, que nos lesa a todos, perante a falta de vontade política para resolver este problema. As palavras são duras e evidenciam a revolta que está a sentir-se entre o Setor do Táxi. As associações realizaram uma conferência de imprensa no dia 5 de abril, no Hotel Berna, em Lisboa.

“Não vai haver paz no Setor enquanto o Governo não acabar com este crime, esta atividade ilegal da Uber, que prejudica o País e os cidadãos”, disse Carlos Ramos, presidente da Federação Portuguesa do Táxi.

Os jornalistas escutaram a posição do Setor, que recusa “vender-se por um pacote de medidas governamentais que leve à legalização da Uber”. As associações divulgaram um documento que contém as linhas gerais da posição conjunta do Setor e informaram que vai decorrer, a partir da segunda semana de abril, uma ação de sensibilização do Setor e da opinião pública.

“Queremos sensibilizar o público e gostaríamos que participassem nas iniciativas do Setor, pois as pessoas são as principais prejudicadas, enquanto cidadãos, com a ilegalidade da Uber”, alertou a FPT.

O presidente da FPT afirmou que “a coisa pública, a República, também está posta em causa com esta passividade de quem governa. Afinal, não se cumpre a lei, e a plataforma continua a sua atividade ilegal impunemente, à revelia da sentença de um tribunal e das declarações do ministro do Ambiente, que reafirmou a ilegalidade da Uber em Portugal”. A Federação aguarda ainda resposta da 6ª Comissão Parlamentar – Economia e Obras Públicas, que ouviu as associações sobre esta matéria. A 6ª Comissão da AR ainda não enviou o relatório, pedido pela FPT, sobre as audições realizadas há meses. A FPT aguarda ainda a posição final da Procuradoria-Geral da República que não se pronunciou sobre a queixa-crime apresentada pela Federação, e apesar de algumas diligências efetuadas pelo Ministério Público.

Questionados pelos órgãos de comunicação social sobre o tipo de iniciativas a desenvolver, os presidentes das associações sublinharam que a intenção do Setor é “mostrar o descontentamento dos profissionais do táxi, sem violência mas com toda a veemência que a situação impõe”.

“A FPT tem sempre defendido que o diálogo responsável deve ser acompa-

nhado de ação coerente com os princípios com que defendemos o Setor”, salientou Carlos Ramos.

EM LUTA PELO SETOR

Realizou-se entretanto, no dia 9 de abril, no Hotel Berna, em Lisboa, uma sessão de esclarecimento com os associados e com os industriais. Em cima da mesa continuou a ação do Setor e as conversações com o Governo, para preparação das medidas a realizar face à questão Uber. Agendadas ficaram também outras sessões, no Porto, no Hotel Antas, no dia 16 de abril, e em Faro e em Coimbra. O dia 29 de abril será o culminar das ações a desenvolver pelas associações.

SENSIBILIZAÇÃO DO PÚBLICO

A Federação Portuguesa do Táxi e a Antral divulgaram também um Manifesto “em defesa do Setor do Táxi”, que foi distribuído pelos profissionais à população em geral, numa ação de sensibilização para a posição defendida pelas associações face à ilegalidade da UBER e perante a falta de tomada de posição clara por parte do Governo para “resolução urgente” deste problema. A Revista Táxi publica, na íntegra, os documentos distribuídos à comunicação social e ao público.



Exmo. Senhor Ministro do Ambiente
P. Mão Própria

Lisboa, 31 de Março de 2016

Excelência,

Na sequência do compromisso assumido com V. Exa. na reunião de 16 de Março de 2016 sobre a manifestação da nossa posição sobre o documento intitulado “Pacote de Medidas para a Modernização do Sector do táxi” apresentado pelo Senhor Secretario de Estado Adjunto e do Ambiente, vimos pelo presente dar conhecimento a V. Exa. da posição conjunta das associações representativas do sector do táxi, a FPT e ANTRAL, sobre o identificado documento.

Reiteramos a V. Exa. a já afirmada disponibilidade para a discussão do documento e dos temas que o mesmo versa porém, só após a adoção pelo Governo da Republica das medidas adequadas à cessação da actividade ilegal de transporte em taxi desenvolvida através da plataforma denominada UBER.

Sem prejuízo do devido realce da declaração pública de V.Exa. sobre a ilegalidade de tal actividade, o facto é que o sector que representamos ainda aguarda pelas consequências práticas de tal declaração.

Efectivamente é urgente e necessária a reacção do Governo, enquanto garante da legalidade do estado de direito democrático e órgão superior da administração pública a quem compete zelar pelo regular funcionamento das instituições.

ANTRAL - Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros:
Av. Eng. Arantes e Oliveira, nº 15 1900-221 Lisboa Tel: 218 444 053 Fax: 21 844 40 57 antral@antral.pt
FPT - Federação Portuguesa do Táxi:
Estrada do Paço do Lumiar, Lote R2 Loja A 1600-543 Lisboa Tel: 217 112 870 Fax: 217 112 879 sede@fptaxi.pt

mch

Alun



Finalmente e acreditando que V. Exa. e o Governo da Republica não deixarão prosseguir de forma impune e sem consequências adequadas uma actividade ilegal que tão graves prejuízos tem desencadeado no sector do táxi, acreditamos que, brevemente, estaremos em condições de discutir na especialidade os temas enunciados no documento supra identificado, no qual devem ainda ser incluídos outros temas e questões que respeitam directamente e afligem o sector do táxi.

Face à enorme pressão do sector sobre as Associações foram estas forçadas a preparar uma grande acção pública, para o próximo dia 29 de Abril, sendo a semana antecedente destinada a intervenções de sensibilização associativa e pública de preparação da mesma.

Ficamos entretanto, na expectativa de contar, tão breve quanto possível da única acção do Governo que poderá impedir esta iniciativa e releva-se: a imediata cessação da actividade da “uber” em Portugal.

Com os melhores cumprimentos e imediatamente disponíveis, para a realização de qualquer reunião que V. Exa. entenda, por bem, convocar.

Pela ANTRAL

Presidente da Direcção

Florêncio Plácido de Almeida

Pela FPT

Presidente da Direcção

Carlos Ramos

ANTRAL - Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros:

Av. Eng. Arantes e Oliveira, nº 15 1900-221 Lisboa Tel: 218 444 053 Fax: 21 844 40 57 antral@antral.pt

FPT - Federação Portuguesa do Táxi:

Estrada do Paço do Lumiar, Lote R2 Loja A 1600-543 Lisboa Tel: 217 112 870 Fax: 217 112 879 sede@fptaxi.pt



Manifesto



Pelo Utente do Táxi
Pelo Profissional do Táxi
Pelo Combate à Ilegalidade

O Governo reconheceu, finalmente e na casa da democracia, o Parlamento Português que **“é evidente que a uber é ilegal”** isto é que a atividade de transporte de passageiros efetuada através da plataforma “Uber” **é acima de qualquer dúvida, ilegal.**

É ilegal porque não respeita, não obedece, nem se submete às regras legais que em Portugal disciplinam a atividade do transporte em táxi; **É ilegal** porque cobra ao utente o que entende, permitindo-se aumentar os preços, quando em situação de maior procura, como nas épocas festivas, o que faz, porque não cumpre a tabela de preços fixada pelo governo, para o sector do táxi, visando a regulação e proteção do consumidor; **É ilegal** porque as viaturas utilizadas nesse transporte não estão equipadas, nem identificadas, nem licenciadas ou, por qualquer outro meio, autorizadas para a atividade que executam; **É ilegal** porque os respetivos condutores não estão identificados, nem capacitados com o, legalmente exigido, certificado profissional para o exercício da atividade que executam; **É ilegal** porque nenhum dos intervenientes, seja o angariador e organizador do serviço, seja o proprietário da viatura, seja o condutor da mesma, paga, por esta ilegal atividade, qualquer quantia em Portugal, a título de impostos e de participações para a segurança social; **É ilegal** porque, nem as viaturas, nem os condutores estão abrangidos pelos seguros automóvel e de acidentes de trabalho que a lei exige para os profissionais e que se destinam a proteger e garantir quer os passageiros, os utentes do serviço, e os respetivos motoristas; **É ilegal** porque não respeita as empresas e os profissionais licenciados e autorizados a exercer a atividade, provocando uma descarada concorrência desigual e amanhã, certamente, não respeitará os utentes dos serviços que promove, através de outros subterfúgios e esquemas ao contorno e fraude à Lei, designadamente através da prática de preços, nos termos que entendam e sem qualquer garantia aos consumidores;

É na defesa na legalidade de hoje - que afeta os industriais e profissionais do sector do táxi - e da legalidade do futuro - que afetará os consumidores que se deixem tentar pela aparente atratividade do preço - que somos impelidos a exigir do Governo a atuação adequada à eliminação de uma atividade que **é ilegal**, como a que é desenvolvida através da plataforma denominada “Uber” e a reposição e garantia da legalidade e punição dos infratores. É neste contexto que promovemos a **ajuda de todos os cidadãos para esta iniciativa nacional**, apelando à participação política e cívica dos que se revêm nesta defesa e, ainda, à compreensão de todos quantos se sintam afetados com a iniciativa a que vamos recorrer.

O Presidente da ANTRAL


 Florêncio Plácido de Almeida

O Presidente da FPT


 Carlos Alberto Simões Ramos

ANTRAL - Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários em Automóveis Ligeiros – <http://www.antral.pt>

Av. Eng. Arantes e Oliveira, nº 15, 1900-221 Lisboa / Tel: 218 444 053 / Fax: 21 844 40 57 / E. mail: antral@antral.pt

FPT - Federação Portuguesa do Táxi – <http://fptaxi.pt>

Estrada do Paço do Lumiar, Lote R2 Loja A, 1600-543 Lisboa / Tel: 217 112 870 / Fax: 217 112 879 / E. mail: sede@fptaxi.pt



POSIÇÃO DO GOVERNO INQUIETA O SETOR

FALTA DE VONTADE POLÍTICA SOBRE A QUESTÃO DA UBER

Durante o último trimestre, as associações representativas do Setor reuniram-se diversas vezes com os representantes do Governo para discutir a ilegalidade da Uber e medidas a concretizar para que cesse a sua atividade.

Na reunião realizada em 16 de março, com o ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, e com o secretário de Estado adjunto e do Ambiente, José Mendes, em Lisboa, a Federação Portuguesa do Táxi venceu a sua posição face à “ausência de resposta clara por parte do Executivo face à ilegalidade da Uber”. No encontro foi apresentado pelo Governo um pacote de medidas para a modernização do Setor que a FPT está disponível para analisar. No entanto, “a simples reafirmação da tutela dos transportes e do ambiente sobre a ilegalidade da Uber em Portugal não tranquiliza o Setor”. Carlos Ramos, presidente da FPT, salientou, em declarações à imprensa, que “era urgente que o Governo desse hoje uma resposta. E a resposta que nos foi dada foi: tomem lá 20 ou 22 milhões de euros, calem a boca, vocês sentam-se connosco no futuro e vamos arranjar forma de mexer na regulamentação para encaixar a Uber lá

dentro”.

O ministro João Matos Fernandes garantiu que a posição do Ministério é inequívoca, considerando que a Uber é, de facto, ilegal e assumindo que as ações de fiscalização vão continuar (ver notícia “Governo afirma que a Uber é ilegal”).

“Defendemos os direitos dos profissionais e industriais do Setor e também os direitos do público, dos nossos passageiros, que, caso a Uber se imponha no nosso mercado oficialmente, vão sofrer com a sua prática ilegal de ajustamento de preços, a chamada “tarifa dinâmica”, que leva a situações muito graves como a que ocorreu durante o fim do ano, em que a Uber, aproveitando o menor número de táxis em serviço, agravou a sua tarifa, indignando a população e o nosso Setor”. Carlos Ramos sublinha que “falta vontade política ao Poder para resolver esta questão”.

O pacote governamental consta de 10 medidas para a modernização do setor e inclui, no seu último ponto, a questão da Uber. A proposta do Governo envolve cerca de 17 milhões de euros (e poderá atingir os 22 milhões de euros), segundo o que foi anunciado. Melhorar a imagem do sector, aumentar o desempenho ambiental, flexibilizar e inovar são os

principais objetivos e as medidas e investimento previstos apontam para reforçar a eficiência energética dos táxis, a renovação e a construção de plataformas de contratação, assim como apostar na qualificação dos profissionais. A FPT esclarece que “muitas das medidas são de rápida e fácil implementação, uma vez que surgem do diálogo contínuo do Setor e da FPT com as entidades oficiais”. A Federação afirmou ainda que “uma forma clara de mostrar ao público a força da razão e da lei quanto à Uber e outros ilegais e clandestinos seria o agravamento das coimas, penalizando todos os infratores – motorista, proprietário da viatura e plataforma de distribuição de serviço – o que seria uma medida verdadeiramente dissuasora”. Para Carlos Ramos “esse seria um sinal claro de como o Governo trata a ilegalidade, punindo-a e impossibilitando a reincidência”.

O SETOR MANIFESTA-SE

O ministro do Ambiente já havia reunido com as associações em 25 de fevereiro, na sequência da manifestação espontânea dos profissionais dos táxis no aeroporto da Portela, no dia anterior, 24 de fevereiro. “O senhor ministro teve a humildade de nos dizer que não estava muito dentro do assunto e que precisava de tempo para estudar a questão”, disse aos jornalistas o presidente da FPT, Carlos Ramos, salientando então o agendamento de nova reunião, sempre com a participação do secretário de

Estado adjunto e do Ambiente, José Mendes, e do presidente do IMT, IP, Paulo Andrade.

Carlos Ramos afirmou também que “há que sensibilizar a opinião pública para a justiça das nossas reivindicações”, acrescentando que as iniciativas a preparar, tendo como ponto de partida “o diálogo construtivo, mas não eterno” com o poder político, “devem ter em consideração, acima de tudo, a denúncia da ilegalidade da Uber, o respeito pelo público - pelos nossos passageiros, e a veemente chamada de atenção ao Governo para a força da nossa razão”.

Segundo afirmaram os dirigentes da FPT e da Antral, o ministro do Ambiente prometeu ao Setor que se esforçará para fiscalizar a atividade da Uber.

A PROPOSTA DA FEDERAÇÃO

A Federação Portuguesa do Tâxi defendeu o aumento de multas para 4.000 euros para os “ilegais e clandestinos” (incluindo Uber), salientando que a proposta “não é um fato feito à medida para a aplicação Uber”, mas também para os profissionais e empresários do Setor que estejam a praticar atividade ilegal. A proposta foi levada pela Federação à primeira reunião com o secretário de Estado Adjunto e do Ambiente, José Mendes, realizada no dia 5 de fevereiro, em Lisboa.

“Nós, quando falamos em ilegais, metemos toda a gente, não metemos só a plataforma da Uber, metemos todos aqueles que desenvolvem atividade sem estarem licenciados para o efeito”, afirmou Carlos Ramos, considerando que neste caso “há pouca convicção da parte da secretaria de Estado em atuar de imediato”.

A Federação defendeu que “para já é preciso agir, porque é preciso primeiro travar e impedir que continue esta atividade ilegal”, uma vez que “atualmente a coima é de valor reduzido e não tem de ser depositada. O que acontece é que enquanto o pau vai e vem, vão ganhando dinheiro para a coima”, afirmou, considerando que, “assim, o crime compensa”.

“Nós temos empresários, nossos colegas, sem escrúpulos, que têm dezenas de táxis a circular na cidade de Lisboa de forma ilegal, aqui e noutras regiões do país, que não estão autorizados a fazê-lo, estão contra a lei. Nós dizemos que esta norma se aplica a todos aqueles que desenvolvam atividade ilegal fora dos seus concelhos”, salientou.

Além deste tema, a Federação levantou ainda a questão do transporte de crianças,

do enquadramento da atividade dos denominados “Riquexós” e “Tuk Tuk” e a regulamentação do acesso e prestação de serviços nos aeroportos e terminais portuários. O Setor está ainda preocupado com o anunciado aumento do gasóleo, para o que sugere a majoração fiscal de 20% dos custos suportados com a aquisição de gasóleo em território nacional.

Foi ainda equacionada pela Secretaria de Estado a criação de uma aplicação nacional de distribuição de serviços em táxi. A FPT considerou que a sua participação nesta iniciativa deverá assentar no facto de que esta aplicação deverá ser

inteiramente adjudicada e gerida pelo Estado, dando a liberdade de escolha ao cliente pela sua cooperativa de preferência. Os novos aderentes terão que integrar obrigatoriamente as plataformas já existentes ou outras que venham a ser criadas. Esta solução permite que cada plataforma se anuncie livremente e atue no mercado, dentro da aplicação nacional, incentivando a multiplicidade de escolha para o cliente e promovendo a qualidade dos serviços prestados de cada uma.

GOVERNO AFIRMA QUE A UBER É ILEGAL



O ministro do Ambiente afirmou que “a Uber é ilegal”, no dia 1 de março, durante a sessão de explicação do Orçamento do Ministério do Ambiente para este ano, ao responder a uma questão do deputado do PCP, Bruno Dias, para o questionar sobre a ilegalidade da plataforma, e recorrendo à decisão do Tribunal de Lisboa, que no ano passado proibiu a atividade da empresa em Portugal. Segundo foi noticiado, o ministro João Matos Fernandes disse que “é evidente que Uber é ilegal. E não sou eu que o digo, foi a decisão de um tribunal que a deixou escrito. É preciso fazer cumprir a lei, reforçando os mecanismos de controlo e fiscalização”.

O governante afirmou também que “a lei é clara quando diz que para haver transporte de passageiros só pode ser [com recurso] a operadores de transportes” algo, que na opinião de João Matos Fernandes, “a Uber não é”.

Na altura, Carlos Ramos, presidente da FPT, sublinhou que “a fiscalização por si só não basta”, uma vez que, se a Uber é considerada ilegal “deve a sua atividade ser suspensa imediatamente”. O presidente da Federação acrescentou que, “no caso de o Governo apostar apenas no reforço da fiscalização, deverá então alterar o dispositivo legal relativo às coimas, aumentando o valor das multas para quatro mil euros para cada um dos intervenientes na prática da ilegalidade: o proprietário da viatura, o motorista e a plataforma Uber. E ainda, para tornar dissuasora a prática do crime e ao mesmo tempo, para evitar a litigância, esse valor deve ser de imediato depositado ou ser apreendida a viatura”.



NO SEGUIMENTO DA MANIFESTAÇÃO DA SUA SOLIDARIEDADE PARA COM O SETOR, A CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (CPPME), DA QUAL A FPT É MEMBRO, ENVIOU AO GOVERNO UM OFÍCIO “PELA DEFESA DA INDÚSTRIA DO TÁXI”. O EXECUTIVO DA DIREÇÃO DA CPPME ENVIOU TAMBÉM, EM ANEXO, AO MINISTRO DO AMBIENTE, JOÃO MATOS FERNANDES, E À SECRETÁRIA DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, CÉLIA RAMOS, UMA “NOTA DE CONTESTAÇÃO AO ATRASO EXISTENTE NA REPOSIÇÃO DA LEGALIDADE NO SECTOR DO TRANSPORTE AUTOMÓVEL, AGUARDANDO A MELHOR ATENÇÃO PARA A MESMA” E ESPERANDO “A MELHOR RESOLUÇÃO A CONTENTO DA LEGALIDADE E DA JUSTIÇA”.

TENSÃO NO AEROPORTO DA PORTELA

PCP QUESTIONA GOVERNO

No dia 24 de fevereiro, um incidente com a PSP, que envolveu um motorista de táxi e um condutor da Uber, provocou agitação entre os profissionais do Setor em serviço naquela que é uma das principais praças do País, no Aeroporto da Portela, em Lisboa. O desagrado com a situação fez-se sentir com a paragem imediata dos táxis na praça do Aeroporto e com a aglomeração de pessoas em torno do protesto que ecoou e que levou as associações do Setor à residência oficial do primeiro-ministro, em São Bento, para tentar obter resposta sobre a questão da atividade ilegal da plataforma internacional. A tomada de posição dos profissionais e das associações do Setor alertou as forças políticas para a autêntica “bomba-relógio” que o assunto constitui. O Grupo Parlamentar do PCP apresentou prontamente um requerimento ao Governo, na sequência da manifestação espontânea dos táxis no aeroporto, questionando o executivo sobre “que medidas serão tomadas pelo Governo face ao denominado transporte Uber?”. As associações do Setor estiveram com os manifestantes, no aeroporto, e falaram à comunicação social e Carlos Ramos, presidente da FPT, explicou que “queremos mostrar a força da nossa razão, que pugna pelos justos direitos do Setor, de forma não violenta e em diálogo com as instituições oficiais, mas não podemos esperar eternamente uma resposta, enquanto a Uber continua a sua atividade ilegal”. A Federação congratulou-se com a imediata iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP.

CPPME SOLIDÁRIA COM O SETOR

Os acontecimentos recentes no Aeroporto de Lisboa, com as autoridades a manter-se cúmplices com a violação da lei por parte da UBER voltaram a motivar a justa revolta do sector. É urgente uma intervenção eficaz das autoridades! O funcionamento não licenciado e isento de impostos da multinacional UBER, em concorrência com o sector de táxi, altamente regulado e taxado, preocupa a CPPME. O Governo anterior optou por uma cumplicidade por omissão com a ilegalidade, comportamento que motivou a justa revolta do sector do Táxi. Recorde-se que o IMT já reconheceu a razão que assiste ao sector, afirmando que “os serviços alegadamente prestados através da empresa UBER, configuram uma violação da legislação específica dos transportes” de acordo com o que tem vindo a ser publicado na comunicação social. Têm razão as Associações do sector Federação Portuguesa do Táxi (FPT), associada da CPPME, e a ANTRAL quando afirmam que a UBER não passa faturas, não paga impostos, não desconta para a segurança social, não paga o PEC, não paga IRC, nem IVA (como pagam os empresários do Táxi). Assim como, os seus veículos não são inspecionados especialmente para o desenvolvimento da atividade de transporte de passageiros, os trabalhadores não têm certificado de aptidão e registo no IMT como é obrigatório para os motoristas de táxi,

os veículos não têm seguros especiais com cobertura alargada como os táxis, nem são licenciados para a atividade e os valores cobrados não são alvo de aprovação junto da Direção-Geral das Atividades Económicas, como os táxis. Por todas estas razões, incontornáveis a todos os títulos, a CPPME já fez chegar toda a sua solidariedade tanto à FPT, como à ANTRAL. Perante a gravidade da atual situação e a urgência de as autoridades intervirem com urgência e eficácia, a CPPME, em reunião do seu Executivo, decidiu incorporar esta proposta na agenda das reuniões programadas, quer com os Grupos Parlamentares, quer com o Governo, por forma a sanar, quanto antes, tão momentoso problema.

O Executivo da Direção da CPPME

FPT REUNIU COM FECTRANS

A Federação Portuguesa do Táxi e a Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações (FECTRANS) realizaram uma reunião, no dia 4 de março, em Lisboa, para discutir o impacto da Uber nas condições de trabalho e no trabalho precário no Setor.

A FECTRANS já expressou a sua solidariedade à Federação. Foi decidido agendar outra reunião para breve.

CONVENÇÃO TARIFÁRIA EM ANÁLISE FPT APRESENTA PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO



A Federação Portuguesa do Táxi enviou ao diretor-geral das Atividades Económicas, Artur Manuel Lami, uma proposta para revisão da Convenção tarifária para os táxis. O ofício foi entregue na DGAE no dia 19 de fevereiro, e foi aprovado pelos Corpos Sociais da FPT, reunidos no dia anterior, em Lisboa.

Na sequência das propostas anteriormente apresentadas, os desenvolvimentos entretanto ocorridos e os diversos contactos durante o ano de 2015, a Federação formalizou a sua proposta de revisão da Convenção, "integrando as situações que foram objeto de consenso ou aproximação de posições".

A FPT tem em conta a evolução do preço dos combustíveis, e refere que "mantém-se prejudicada a proposta de revisão tarifária geral, apresentada em Outubro de 2014, pelo que só se justificará a reanálise desta situação num quadro de aumento significativo do preço do

gasóleo ou face a uma estabilização prolongada da sua evolução". Segundo o ofício, a Federação realça também a proposta alteração do regime tarifário aplicável aos serviços iniciados em aeroportos e terminais marítimos de carácter turístico, que se encontra ainda em "fase de estabilização das posições" dos diferentes atores relevantes (associações táxi, ANA, municípios, DGAE e Autoridade da Concorrência), pelo que torna-se "necessário desenvolver esforços adicionais de compatibilização das diferentes posições e interesses em presença".

Da proposta da Federação consta: Eliminação da Tarifa do Serviço à Hora (Tarifa 6), que "na prática não é utilizada"; Eliminação da Tarifa do Serviço Percurso (Tarifa P), na medida em que "nunca foi objeto da definição de percursos que presidiu à sua criação, pelo que não se justifica a sua manutenção". A Federação destaca que "a eliminação destas tarifas

possibilita, no quadro dos condicionais técnicos dos atuais sistemas de taxímetro e lanternas, a adoção de outras tarifas, como a nova tarifa para viaturas de mais de quatro passageiros".

Sobre os suplementos existentes, a proposta prevê: a manutenção do suplemento de chamada, para viaturas em regime de estacionamento livre ou condicionado, em 0,80 euros; a manutenção do suplemento de transporte de animais domésticos, no valor de 1,60 euros; a manutenção do suplemento bagagem, no valor de 1,60 euros. É também proposta a criação dos seguintes suplementos e regimes tarifários especiais: Serviços a prestar em dias especiais, como os dias 24 e 31 de dezembro, que são normalmente dias de tolerância de ponto generalizada, não sendo, no entanto dias feriados para efeito de tarifa. "Tratando-se de dias com volume significativo de procura de táxi, a oferta é normalmente reduzida, com

prejuízo para a mobilidade”, considera a FPT que defende que “para superar esta dificuldade, o tarifário a vigorar nestes dias será o tarifário noturno”. Nos dias 24, 25, 31 de dezembro e 1 de janeiro, por forma a compensar a disponibilidade de viaturas seria cobrado um valor mínimo de 10,00 euros, comum a todas as tarifas e a todos os tipos de viatura, incluindo todos os suplementos, a praticar exclusivamente, por viaturas ligadas a centrais táxi. A alteração proposta fundamenta-se na “notória escassez de oferta nos dias referidos, que em determinados períodos horários registam picos de procura significativos”. Enquadrando a situação, a FPT refere que, “atendendo apenas nos serviços solicitados através das centrais, verifica-se que, em todo o ano de 2014, foi possível dar resposta a 95% das solicitações, não tendo sido possível nos restantes casos por indisponibilidade de viatura em tempo útil. Pelo contrário, nos dias do período de referência, a taxa de resposta foi apenas de 88%, ou seja, 12% dos pedidos de táxi não puderam ser respondidos por falta de viatura. Note-se que no dia 25 de dezembro a situação é, ainda, mais grave, na medida em que a percentagem de pedidos não satisfeitos sobe para 17%”.

Na proposta da Federação salienta-se também que “estes índices de procura não satisfeita escondem o número de potenciais utentes que, antecipando a dificuldade de resposta, se deslocam em viatura própria, com frequência sem

assegurar boas condições para a condução automóvel”. Não sendo possível, dadas as características do sector, o estabelecimento de escalas de serviço que garantam uma oferta adequada, o único mecanismo possível é o ajustamento do preço. A cobrança de valor mínimo por serviço pelas viaturas ligadas a centrais rádio justifica-se, quer pela necessidade das centrais terem de assegurar o serviço, com recurso a remuneração adicional dos recursos humanos afetos, quer porque se trata da única oferta organizada, com possibilidade de adotar processos que garantam a execução do serviço (incluindo a deslocação de viaturas a partir de maiores distâncias). Quanto aos táxis de mais de quatro lugares, propõe-se praticar um sistema tarifário duplo, aplicando-se as tarifas das viaturas de até quatro passageiros, quando sejam transportados quatro ou menos passageiros (tarifas 1, 3 e 5, diurnas ou noturnas) e uma tarifa única, quando sejam transportados mais de quatro passageiros (tarifa 7, independente do dia e hora).

Quando o serviço seja prestado em tarifa 7 apenas será praticado o suplemento de chamada, no valor de 0,80 euros. O objetivo desta alteração “é adequar o preço cobrado ao serviço efetivamente praticado, tendo em conta o número de passageiros transportados, na medida em que a diferenciação do tipo de viatura nem sempre é percebida pelo cliente, situação que origina conflitos,

seja porque o cliente pretende desistir do serviço, seja porque reclama do preço”, situação também geradora de “dificuldades na gestão das viaturas em praça de táxis”.

Sobre a Tarifa Noturna (Tarifas 1, 3, 5), verifica-se que, em horário noturno, não é respeitada integralmente a proporcionalidade, nomeadamente no que se refere ao preço/hora. Enquanto no preço Km a variação dia/noite é de 20%, no preço/hora não há qualquer variação, o que introduz uma distorção na estrutura de preços do serviço. Deverá, portanto, refletir-se no preço hora, uma variação idêntica, o que implica a redução do tempo da fração, de 24 segundos para 20 segundos. Aludindo aos dias feriados (Tarifas 1, 3, 5) e estando em curso o processo legislativo que conduzirá à reposição dos feriados (nacionais e religiosos), deverá a atualização da convenção contemplar a reposição desses dias na tarifa que lhes é inerente.

A Federação realçou ainda que “os sistemas de taxímetros e lanternas atualmente instalados são compatíveis com as soluções agora propostas, já que a eliminação das tarifas 6 e P, possibilita a criação dos novos tarifários”.

A FPT solicitou a marcação de uma reunião com a DGAE, “por forma a alcançar um entendimento sobre o conjunto de soluções agora formalizadas” e esse trabalho ainda se encontra em curso, tendo a Federação reunido com a Direção-Geral no passado dia 9 de março.

FPT LAMENTA FALTA DE INFORMAÇÃO

ONDE ESTÁ O RELATÓRIO SOBRE A AUDIÇÃO NA 6ª COMISSÃO PARLAMENTAR DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS?

A Federação Portuguesa do Táxi solicitou ao presidente da 6ª Comissão Parlamentar da Assembleia da República – Economia e Obras Públicas, deputado centrista Hélder Amaral, informações relativas à Audição Parlamentar naquela Comissão, realizada em 17 de dezembro de 2015.

“Lamentavelmente, e decorridos vários meses, nada se alterou face ao que a Federação levou ao conhecimento de V. Exas. e que, aliás, já tinha levado em audiência concedida, também no ano passado, por essa mesma Comissão, em anterior legislatura”, realçou a FPT. A Federação alerta para uma “situação que, conforme é do conhecimento público, tem vindo a agravar-se, tendência que, cremos, manter-se-á face à total ausência de sinal das entidades competentes, sejam executivas sejam legislativas, para clarificação e regulação da situação”.

Os assuntos tratados na audição estão relacionados com os ilegais (incluindo Uber), animações turísticas (tuk tuk) e o futuro Regulamento para as Praças de Táxi do Aeroporto e Terminais de Cruzeiro de Lisboa. O transporte de crianças e de doentes não urgentes em táxi estiveram também entre os assuntos analisados com o poder político no Parlamento. A Federação apresentou ainda propostas de alteração legislativa “que contribuem para a rápida e eficaz resolução da questão dos ilegais e que criam medidas para o equilíbrio da oferta e da procura no Setor”.

A expectativa é elevada no Setor, pois trata-se da Comissão Parlamentar dedicada aos assuntos que atingem diretamente a atividade de transporte em táxi, aguardando-se informação por parte do poder político representado naquela Comissão Parlamentar.

IMT E NORMAS SOBRE ATIVIDADES DE CLANDESTINOS

FPT SOLICITA ESCLARECIMENTOS AO MINISTRO DO AMBIENTE

A Federação Portuguesa do Táxi enviou, em 22 de fevereiro, um ofício ao ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, solicitando ao governante que, “no exercício das suas funções e competências, determine ao IMT, IP que sejam prestados os esclarecimentos que já lhe foram solicitados pela FPT”. O pedido de intervenção ministerial surgiu no seguimento da “ausência de resposta ou de qualquer informação por parte do IMT, IP” relativamente às informações que durante o ano passado a FPT e o IMT, IP trocaram sobre o serviço de táxis fora dos concelhos para os quais estejam licenciados. A primeira informação do IMT, IP, em 16 de outubro de 2015, referia que os táxis só podem iniciar a prestação do serviço no concelho que emitiu a sua licença, ainda que se trate de serviços previamente contratados, incluindo por concurso. Em informação posterior, de 29 de outubro de 2015, o IMT, IP

acrescentou como “complemento” ao que referiu anteriormente que aquela posição não abrangia a prestação de serviços de táxi a contrato, nas situações decorrentes da aplicação do Código dos Contratos Públicos, mais afirmando que as regras fixadas a esse respeito no DL 251/98 são “meramente formais”. Perante tal informação, a FPT solicitou a marcação de uma reunião (que veio a ocorrer em 17 de novembro), com pedido de esclarecimento sobre o assunto que não chegou a ser respondido. A Federação espera que o ministro da tutela dê instruções ao IMT, IP no sentido de prestar o esclarecimento de que a Federação necessita e que tarda a chegar. “Pretendemos que o mercado e o Setor funcionem com transparência e seriedade, pelo que entendemos que a entidade oficial responsável, que é o IMT, IP deve esclarecer inequivocamente este assunto”, sublinha a Federação.



REUNIÃO NA AUTORIDADE DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES

O presidente do Conselho de Administração da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, João Carvalho, convocou as associações representativas do Setor do Táxi para uma reunião a realizar no dia 1 de abril, na Sede da AMT, no Palácio Coimbra, em Lisboa. O propósito desta reunião com a Federação Portuguesa do Táxi e com a Antral foi o debate e análise da atividade da Uber em Portugal e medidas a implementar para que cesse essa ilegalidade. A Autoridade da Mobilidade e dos Transportes solicitou às associações toda a informação sobre o dossiê Uber para poder pronunciar-se.

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

COLOCAÇÃO DO DÍSTICO OBRIGATÓRIA NOS TÁXIS

Face ao disposto no novo regime jurídico que entrou em vigor com a Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, todos os táxis deverão disponibilizar informação ao cliente sobre a resolução de litígios de consumo fora dos tribunais. Os interessados podem levantar o documento respetivo numa Delegação da FPT ou imprimir e recortar o dístico correspondente ao seu concelho, através do site institucional da Federação em www.fptaxi.pt. Desde 23 de março deste ano é obrigatória a afixação desta informação ao consumidor nos táxis, em local visível, junto ao autocolante do tarifário. O dístico é provisório, pois a FPT está a preparar o modelo definitivo e refere que, “em caso de litígio, o consumidor pode recorrer a uma Entidade de Resolução Alternativa de Litígios de Consumo”, com indicação da respetiva entidade para aquele concelho. Segundo a informação oficial divulgada, a Resolução Alternativa de Litígios de Consumo abrange a mediação, a conciliação e a arbitragem. As entidades independentes, com pessoal especializado, de modo imparcial, ajudam o consumidor e a empresa a chegar a uma

solução amigável por via da mediação ou da conciliação. Caso esse acordo não seja alcançado pode ainda recorrer-se ao tribunal arbitral, através de um processo simples e rápido. Através desta nova legislação foi criada em Portugal a Rede de Arbitragem de Consumo. Existem 10 Centros de Arbitragem de Conflitos de Consumo a funcionar em Portugal, localizados em Lisboa, Porto, Coimbra, Guimarães, Braga/Viana do Castelo, Algarve e Madeira. Um outro centro de âmbito territorial nacional (supletivo), o CNIACC - Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo. Existem outros dois centros de competência específica especializados no setor automóvel e no setor dos seguros. Existem também quatro outras entidades que efetuam resolução extrajudicial de litígios de consumo, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/99, de 4 de maio. A Direção-Geral do Consumidor, autoridade nacional com a competência de organizar as entidades para a Resolução Alternativa de Litígios, sublinha que “a resolução alternativa de litígios de consumo disponibiliza uma justiça acessível, célere e simples, sem custos ou pouco dispendiosa para os consumidores”. Para mais informações, os interessados podem contactar as Delegações ou a Sede da FPT.

FPT INFORMA OS ASSOCIADOS

A FPT analisou juridicamente a legislação e realça que “esta obrigação de informa-

ção pode ser efetuada, no caso dos táxis em que em regra não existe contrato escrito, por qualquer suporte duradouro, por exemplo através de um dístico ou inserida tal informação nas faturas”. Relativamente ao local de colocação de tal informação, a Federação informa que “se a mesma vier inserida na fatura está a questão resolvida; se não vier a lei é omissão em tal questão mas assumindo que a informação é em benefício exclusivo do consumidor terá que estar disponível no local onde o consumidor se encontre. No caso são as viaturas. A Federação conclui que “enquanto não existirem outras instruções pro parte da entidade reguladora, IMT, devem ser avisados os industriais da necessidade de manterem na viatura, bem visível, a informação exigida - a identificação da entidade reguladora e o respetivo endereço eletrónico”.

CPPME EXIGE PRORROGAÇÃO DO PRAZO

A CPPME - Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas, de que a Federação é membro, considera que “por razões de falta de divulgação da Lei, por parte das entidades competentes, a maioria das micro, pequenas e médias empresas não implementaram em tempo útil as obrigações nela contida; estando agora na sujeição de coimas muito violentas” e assim a Confederação vem “exigir a prorrogação do prazo, no mínimo por 90 dias”.



ALTERAÇÃO AO SERVIÇO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA



A Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME), entidade da qual a FPT é membro, divulgou, no dia 8 de janeiro, uma informação sobre as alterações ao Serviço de Normalização Contabilística – SNC.

A Federação é membro desta Confederação e apresenta, na íntegra, o conteúdo daquela informação, que foi também enviada pela CPPME aos ministros das Finanças, Mário Centeno, a Fernando Rocha Andrade, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, e a Ricardo Mourinho Félix, secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças. A Revista Táxi reproduz, na íntegra, o comunicado da CPPME.

O Decreto-Lei 98/2015 de 2/6/2015 transpõe a diretiva nº 2013/34 da UE de 26/6/2013.

Esta diretiva está, na opinião da CPPME, em contradição com a diretiva da UE que classifica como microempresas as que não ultrapassem um de dois indicadores: mais de 9 trabalhadores ou 2 milhões de euros de VAN, pequena a que não exceda 49 trabalhadores ou 10 milhões de VAN e média a que tem como limite 249 trabalhadores ou 50 milhões de VAN. No entender da CPPME, o Artigo 9º do Capítulo II do Decreto-Lei referida, devia ser em consideração a classificação empresarial instituída, pelo que os números 1, 2 e 3 deste artigo deveriam ter em conta estes indicadores, sendo que o ROC só devia ser obrigatório para as médias empresas.

É compreensível que a Ordem dos ROC com a sua influência junto das tutelas e da

AT defenda os seus associados, pugnando pela obrigação da certificação por ROC a partir de VAN, quanto mais baixo melhor. Não é da opinião da CPPME admissível que às Micro e Pequenas Empresas a quem é exigido TOC, agora TCC, para oficialização da sua contabilidade, seja atribuído mais um encargo derivado da avaliação por ROC. O Serviço de Normalização Contabilística (SNC) renovado traz alguns itens favoráveis, mas tem para as Micro e Pequenas Empresas custos e falhas graves que a CPPME não pode calar. Para além do já referido acresce que dispensa da obrigação do SNC as atividades exercidas por pessoas singulares que não ascendam 200 mil euros de Volume de Negócios Líquido Anual (VNLA) e não dispensa as pessoas coletivas que exerçam atividade até ao mesmo limite. Este modelo renovado de SNC não alivia, como seria expectante, a carga de

custos para as Micro e Pequenas Empresas, coloca os interesses dos ROC num patamar superior em relação às pequenas atividades económicas, com prejuízos para a economia. Em matéria fiscal, a teoria e a realidade parecem estar cada vez mais afastadas, lesando sempre as Micro e Pequenas Empresas. A constante criação pela AT de microentidades com números que aparecem como que caídos do céu, não assentes em nenhuma base científica e visando sempre o mesmo, ir buscar mais receita sem nenhuma preocupação com a sustentabilidade das Micro e Pequenas Empresas, é inaceitável.

A CPPME a esta política fiscal só pode dizer não e apelar ao bom senso das entidades competentes para rever esta situação.

Seixal, 6 de Janeiro de 2016

O Executivo da Direção da CPPME

ACORDO DE PARALISAÇÃO APS/FPT

APRESENTADOS OS VALORES PARA 2016

Nos termos do Acordo de Paralisação celebrado entre a Associação Portuguesa de Seguros (APS) e a Federação Portuguesa do Táxi, os valores de paralisação são automaticamente atualizados em Março de cada ano pela aplicação da taxa de inflação esperada ao valor que vigorou no ano anterior corrigido pela taxa de inflação desse ano publicada pelo INE. Os valores vigoram de 1 de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017 e foram encontrados por aplicação de um mecanismo corretivo da medida extraordinária adotada em 2015. A atualização foi efetuada tendo por base os valores de 2015 que decorreriam da aplicação do regime regra. A Revista Táxi publica o quadro com os valores a vigorar em 2016. Para esclarecimento de qualquer dúvida os interessados podem contactar a Sede ou as Delegações da FPT.

| Categoria | 1 Turno | 2 Turnos |
|--------------------------------|---------------|----------------|
| Táxi | € 55,34 / dia | € 93,35 / dia |
| Letra A | € 55,34 / dia | € 93,35 / dia |
| Táxi (mais de 4 passageiros) | € 64,00 / dia | € 107,24 / dia |
| Isento distintivo e cor padrão | € 59,47 / dia | € 97,09 / dia |
| Turismo | € 76,12 / dia | € 112,75 / dia |

Estes valores vigoram de 1 de Março de 2016 a 28 de Fevereiro de 2017. Os valores foram encontrados por aplicação de um mecanismo corretivo de medida extraordinária adotada em 2015.

A atualização foi efetuada tendo por base os valores de 2015 que decorreriam da aplicação do regime regra.

VENCIMENTOS ATUALIZADOS 2016

SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL E ISENÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO

O vencimento dos motoristas de táxi e o respetivo valor das horas extraordinárias foi atualizado com a publicação do DL 254-A/2015, 31 DEZ, que fixou o Salário Mínimo Nacional em 530,00 euros.

O Código do Trabalho, no artigo 265º, dispõe que a isenção do horário de trabalho significa uma retribuição específica nunca inferior a uma hora de trabalho por dia.

Segundo o cálculo previsto na legislação, para um salário de 530,00 euros, com um período de 40 horas de trabalho semanal, o valor da isenção de horário de trabalho é de 100,90 euros, uma vez que o trabalho suplementar é pago pelo valor da retribuição horária acrescido de 50% pela primeira hora (artigo 268º).



FPT PROMOVE EVENTO DE VERÃO COOL TÁXI

A Federação Portuguesa do Táxi está a preparar o Evento de Verão Cool Táxi na Quinta dos Rouxinóis, praça de touros da Malveira. A iniciativa vai realizar-se no dia 26 de junho, domingo, e, como nos anos anteriores, inclui diversas atividades lúdicas, como garrafeira, piscina, voltas de burro, muita música e animação, prémios e sorteios, entre outras. A Federação, em parceria com várias empresas e marcas, vai disponibilizar expositores na área envolvente da praça de touros da Malveira.

O programa completo, ementa e condições de acesso e participação vão ser brevemente enviados para cada associado e divulgados na página facebook e no site da FPT.

PROTOCOLO COM A APTIDÕES & COMPETÊNCIAS

A empresa Aptidões & Competências, Lda, assinou um protocolo com a Federação Portuguesa do Táxi, em Lisboa, no dia 19 de janeiro, com o objectivo de disponibilizar aos associados acesso preferencial aos laboratórios de Psicologia do Tráfego e Avaliação Médica, a nível nacional, tendo em vista a realização de exames psicológicos e serviços de medicina.

A empresa Aptidões & Competências realiza estes exames e serviços de medicina no âmbito do que é legalmente exigido para obtenção ou renovação do Certificado de Motorista de Táxi e averbamento do Grupo 2, podendo

abranger outros tipos de qualificações para condutores, tais como: obtenção/renovação da carta de condução por motivos médicos, judiciais ou administrativos para condutores de automóveis ligeiros (Cat. B); obtenção/renovação de carta de condução de veículos pesados de mercadorias ou de passageiros (Cat. C, CE/D e DE) ou de automóveis ligeiros ou pesados de transporte escolar (certificado para transporte colectivo de crianças); obtenção/renovação do certificado ADR para automóveis ligeiros ou pesados de transporte de matérias perigosas ou de veículos prioritários. Incluídos ainda nas cláusulas deste acordo estão a realização

de exames de avaliação psicológica para a obtenção/renovação do certificado para porte de arma de fogo (licença de Tiro Desportivo ou Licença para Colecionar). Os preços praticados pela prestação destes serviços especializados podem ser consultados junto da FPT, na Sede ou nas Delegações.

As marcações dos exames psicológicos e avaliação médica podem ser efectuadas nas delegações da FPT no Porto e em Coimbra ou nos laboratórios da empresa, no Porto. Podem também ser tratadas por telefone disponível no site www.aptidoescompetencias.pt.

PROGRAMA “CLIENTE SATISFEITO”

No âmbito do seu plano estratégico de desenvolvimento e da aposta constante que faz na qualidade dos serviços que presta e, simultaneamente, na satisfação dos seus Clientes, a Autocoope, CRL, adjudicou à Fernave, o Programa “Cliente Satisfeito”, através do qual pretende elevar os níveis de qualidade no atendimento ao cliente.

Trata-se de um projeto estruturante, com foco na atividade dos profissionais que, diariamente, mantêm contacto com o público, que “procura analisar as eventuais ineficiências e problemas existentes não só ao nível da atividade do call center, mas também do motorista de táxi”.

Pretende-se que os resultados obtidos permitam estabelecer uma estratégia de atuação que vá ao encontro dos objetivos organizacionais e, simultaneamente, incremente a qualidade do serviço prestado. “Prendemos primar pela diferença positiva, quer relativamente aos nossos



Coop táxis
cooptaxis.pt

**PROGRAMA
CLIENTE SATISFEITO**

A SUA OPINIÃO IMPORTA!

Apostamos na qualidade dos nossos serviços e na satisfação dos nossos Clientes. Estamos a desenvolver o Programa “Cliente Satisfeito”. A sua opinião é importante para analisar e melhorar a atividade dos nossos profissionais no call center e também dos motoristas de táxi.

COM A COLABORAÇÃO: **fernave**
Desenvolvimento em Transportes e Logística

SUGIRA, PARTICIPE!
CLIENTESATISFEITO@COOPTAXIS.PT
+ 2400 Profissionais. Todos os dias! O dia todo!

concorrentes diretos, quer aos novos tipos de concorrência com que diariamente nos vamos confrontando”, explicou a Direção da Autocoope.

Também será recolhida e analisada a opinião dos clientes da cooperativa, com o objetivo de melhorar a atividade dos profissionais no Call Center e dos motoristas de táxi. A Cooperativa apela

para que manifestem a sua opinião, pelo que a iniciativa está ser divulgada num folheto disponível aos clientes nos táxis da Cooptaxis.

Se pretender colaborar, pode fazê-lo através do endereço de correio eletrónico clientesatisfeito@cooptaxis.pt.

Sugira, reclame, participe! A sua opinião importa!

RENAULT RETAIL GROUP

**TAXI
SERVICE**

**MAIS VANTAGENS
PARA O SEU
RENAULT
OU DACIA
COM CONDIÇÕES
EXCLUSIVAS
E PREÇOS
IMBATÍVEIS.**



RENAULT RETAIL GROUP PORTUGAL

RENAULT AREIRO - AV. FREI MIGUEL CONTRERAS 16 A 1700-211 LISBOA • TEL.: 21 841 03 00

RENAULT CHELAS - RUA DR. JOSÉ ESPÍRITO SANTO, 11 E 1950-096 LISBOA • TEL.: 21 836 14 00

RENAULT TELHEIRAS - AV. PROF. FRANCISCO GAMA CAEIRO 1600-830 LISBOA • TEL.: 21 711 45 00





Porquê pagar mais se pode ter um **Táxi Dacia?**

Contrato de Manutenção Incluído!
24 meses/50 000Km.



Pintura Preta Metalizada **Incluída**

9.670€*

TUDO INCLUÍDO

LOGAN 1.5 dCi 90cv FAP ECO2

Centrado no essencial o Dacia Logan oferece conforto a bordo um conjunto de características essenciais adaptadas às necessidades da atividade.

3 ANOS
GARANTIA
ou 100 000km

*Valor sujeito a IVA à tarifa em vigor. Imagem não contratual. Oferta limitada ao stock existente. Valor calculado com ISV ajustado à atividade de TÁXIS. Consumo ciclo misto (L/100Km): 3,5. Emissões CO2 (g/Km): 90. Imagem não contratual.



RENAULT
Passion for life

Renault FLUENCE

Oferta comercial para táxis



Desde

11.725€*

1.5 dCi 110cv

OFERTA Pack Look JLL + LED's + Pintura Tejadilho Verde Táxi
Fluence, o seu novo companheiro de viagem

Valor sujeito a IVA à tarifa em vigor. Imagem não contratual. Oferta limitada ao stock existente. Valor calculado com ISV ajustado à atividade de TÁXIS. Mediante entrega de veículo para abate com 8 ou mais anos. Consumo em ciclo misto(L/100km) de 4,0. Emissões CO2 (g/Km) de 104. imagem não contratual.

O SETOR DO TÁXI VAI CRESCER COM O AEROPORTO DA PORTELA

O diretor do Aeroporto de Lisboa, João Nunes, recebeu a Federação Portuguesa do Táxi no dia 26 de janeiro, nas instalações da Direção do Aeroporto da Portela. A reunião teve como objetivo abordar a questão dos acessos e as alterações que entraram em vigor neste mês de janeiro e as propostas da Federação para descongestionamento da área de acesso e estacionamento dos táxis durante o período em que decorrerem as obras (prevê-se que até ao verão de 2017).

O diretor do Aeroporto, João Nunes, realçou que vai apostar-se em estruturas amovíveis, para mais facilmente ir adaptando o espaço reservados aos táxis durante as obras.

O plano apresentado pela ANA inclui uma zona de serviço táxi e duas zonas de espera para táxis, com os respetivos acessos. Face às propostas apresentadas pela FPT, o diretor referiu que vão ser tidas em conta e que estão também a ser estudadas alternativas. A direção do Aeroporto de Lisboa referiu que “há uma aposta claríssima para criar boas condições” para o desenvolvimento dos trabalhos. “Sabemos que o táxi tem um papel fundamental naquilo que é a primeira e a última imagem dos visitantes sobre o nosso País”, referiu o diretor, saudando a Federação pela sua postura de diálogo colaborante e construtivo.

A data de início concreto das obras será oportunamente divulgada aos táxis e suas associações representativas, salientando-se que só ainda não tiveram início devido à última fase da adjudicação dos trabalhos e planeamento da intervenção no terreno junto dos empreiteiros.

A Federação considerou esta reunião “muito positiva”, até porque, segundo o presidente Carlos Ramos, “o crescimento do Aeroporto da Portela e a perspetiva de atividade de transportes aéreos no Montijo vão certamente levar a uma procura maior do táxi, o que permitirá certamente uma melhoria da rentabilidade do Setor”.

O presidente da FPT considera que o futuro aeroporto do Montijo “é uma oportunidade de crescimento da atividade do Setor, relativamente à organização dos transportes em táxi, entre aeroportos e não só, para responder à procura naquela área, sem aumentar o contingente”, pelo que apresentou uma proposta para o efeito.

COMANDO DA PSP DO AEROPORTO

O Comando da PSP do Aeroporto da Portela, Lisboa, recebeu a Federação Portuguesa do Táxi no dia 12 de janeiro, nas instalações daquele Comando da Polícia de Segurança Pública, para abordar o tema do Aeroporto e as alterações decorrentes da implementação do novo *layout* de acessos.

A Federação informou sobre a concordância e “total apoio” face às alterações e intervenções que a ANA divulgou e apresentou as propostas que entretanto enviou à empresa concessionária

A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO TÁXI TEM DESENVOLVIDO OS SEUS ESFORÇOS NO SENTIDO DE, AUSCULTANDO OS SEUS ASSOCIADOS, MELHOR PODER APRESENTAR AS SUAS PROPOSTAS JUNTO DAS ENTIDADES OFICIAIS RESPONSÁVEIS PELO AEROPORTO DA PORTELA, EM LISBOA. A DIREÇÃO DO AEROPORTO E O COMANDO DA PSP LOCAL RECEBERAM A FPT DURANTE O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2016. REUNIÕES CONSIDERADAS “POSITIVAS” PELOS DIRIGENTES DA FEDERAÇÃO, QUE ESPERAM TER SENSIBILIZADO OS RESPONSÁVEIS PELA DIREÇÃO E PELA SEGURANÇA PÚBLICA DO AEROPORTO PARA A ATIVIDADE DO SETOR.

do Aeroporto da Portela sobre aquela matéria. As propostas da FPT destinam-se a agilizar o estacionamento e a circulação dos táxis no recinto envolvente do Aeroporto, durante a intervenção em curso.

O presidente da FPT, Carlos Ramos, apresentou ainda ao Comando da PSP do Aeroporto os representantes da Federação para os assuntos relacionados com o Setor no aeroporto de Lisboa, Eduardo Cacaís e Rodolfo Melo.

Depois do apelo da Federação para que a fiscalização seja “cada vez mais rigorosa para todos os que efetuam transporte de pessoas de e para o aeroporto”, o intendente Dário Prates, comandante da PSP no Comando do Aeroporto, referiu que a principal preocupação daquela autoridade é a gestão do tráfego e do

trânsito no local, salientando ainda que durante o ano de 2015 foram 166 os casos Uber identificados e participados ao IMT, sobre os quais ainda não houve resposta. O Comando da PSP do Aeroporto apelou à divulgação de informação de que a Polícia efetua a fiscalização sobre a Uber no aeroporto e que a ação policial responde estrita e rigorosamente às indicações do IMT sobre o que fazer: fiscalização com identificação e participação dos casos.

O intendente Dário Prates apelou ainda à contenção dos motoristas dos táxis quando fazem a denúncia de casos Uber, uma vez que já por várias vezes houve quem se atravessasse à frente de viaturas, entre outras perturbações do trânsito e da ordem pública. A denúncia não pode ser acompanhada de desaca-

tos que dificultem a situação no aeroporto, colocando a segurança de todos em risco. Foi pedido à FPT ajuda para divulgar este apelo.

Perante a insistência da FPT quanto à realidade da fiscalização aos ilegais, o Comando salientou que a legislação atual manda “fiscalizar e não apreender”. A ausência de indicações quanto à Uber tem dificultado a ação da autoridade, foi também referido.

O intendente Dário Prates acrescentou que já foi solicitado um parecer que se pronuncie sobre a “consistência jurídica” relativamente à apreensão de viaturas ou suspensão do serviço, na fiscalização à Uber. Foi garantido que a fiscalização continuará nos moldes definidos pelo IMT, até que surja indicação que preveja outros procedimentos.

Ficou o apelo para que a segurança não seja posta em causa em todos os momentos em que o Setor dos Táxis defende a sua posição.

A FPT considerou a reunião “muito positiva” e vai colaborar com as autoridades, como sempre tem acontecido.

FPT CONSULTOU ASSOCIADOS

No seguimento das reuniões que a Federação efetuou com os industriais, foi apresentado e discutido o projeto do futuro “layout” dos acessos do aeroporto da Portela, Lisboa, e foram transmitidas aos responsáveis daquele terminal aéreo algumas sugestões “pertinentes e benéficas à solução” para aquele local. Os associados genericamente “manifestaram o agrado pela proposta de alteração dos acessos”.

A FPT fez chegar a sua posição à ANA – Aeroportos de Portugal antes das reuniões realizadas.

A Direção da FPT considerou então a proposta “globalmente positiva, realçando-se, no entanto, dois aspetos que consideramos importantes: com a desativação da praça de táxis das “Partidas” deverá ser reforçada a área do parque de forma a abranger todos os táxis que vão aceder à praça única (ou pelo alargamento da área atual, ou pela extensão da fila de acesso à praça pela Rua C); criação de uma “bolsa” no futuro Parque II que permita a paragem de táxis que respondam a solicitações por telefone, apps ou reservas combinadas, para táxis de Lisboa ou de outros concelhos”.



Não fique encadeado pela luz.

SPT - O original desde 1999

Simplemente brilhante com a claridade do sol, sem endaqueamento à noite.

- ▶ A perfeita integração
- ▶ Sem correia de fixação do taxímetro de espelho: substitui o espelho retrovisor original
- ▶ Fixação à prova de vibração
- ▶ Cabiagem invisível no adaptador do espelho
- ▶ Carcaça original da Mercedes Benz ou standard com vários adaptadores
- ▶ Apenas da HALE:
 - ▶ Excelente visibilidade sob todas as condições
 - ▶ Escurecimento automático e variável do vidro do espelho patenteado pro Night Vision Safety System NVS®
 - ▶ Ajuste automático de luminosidade do ecrã do taxímetro de espelho

HALE[®]
electronic

O futuro nos Táxis

Electro Tacodisco, LDA | 2650-059 Amadora | T: 214985900
E: electro.tacodisco@gmail.com | www.hale-electronic.com

COOPTÁXIS DEFINE ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO



No sentido de melhor chegar ao público, a Cooptáxis realizou uma reunião com associados para apresentação da sua nova estratégia de comunicação, em 14 de fevereiro, no Hotel Berna, em Lisboa. Os profissionais e industriais associados à marca da Autocoope, CRL, puderam conhecer a remodelação de que o site institucional beneficiou, bem como os aspetos positivos que evidenciam as páginas do Facebook da Cooptáxis e da sua aplicação/plataforma de serviço Taxiclick. Foram muitos os participantes e a Federação Portuguesa do Táxi considera que os industriais e profissionais estão mobilizados para as iniciativas a realizar para defesa do Setor, seja através das plataformas informáticas no ciberespaço seja em iniciativas de contacto com a opinião pública, na rua ou nos meios de comunicação. Está em crescendo a mobilização para as iniciativas públicas do Setor e da Cooptáxis. A Cooptáxis aposta na concretização da 11ª proposta do documento aprovado

na Reunião Nacional do Setor realizada em 19 de setembro do ano passado. A imagem do Setor tem sido uma preocupação, apesar de na Cooptáxis a modernização ser já uma realidade há muito valorizada e praticada. Recorde-se a campanha publicitária dos "Táxis Modernos" que a marca veiculou na TV, no Youtube e no Canal Lisboa sobre os táxis e a plataforma Taxiclick. A campanha e os seus spots publicitários divertidos bem cedo chegaram às redes sociais e foi mesmo divulgado pelo canal Youtube que dois daqueles anúncios ocuparam os cinco primeiros lugares de visualização no mês de dezembro de 2015. Um sucesso!

PARCERIA COM A MAPS4U

A Cooptáxis é parceira da MAPS4U, empresa que se posiciona como um novo meio de divulgação publicitária, num dos setores de maior crescimento em Portugal, o turismo. Os táxis da marca vão circular por toda a cidade de Lisboa distribuindo os mapas da MAPS4U.

Os mapas fazem referência à Cooptáxis e aos serviços que presta em transporte de táxi.

CAMPANHA DE PÁSCOA NOS TÁXIS



No mês de março decorreu uma campanha da Cooptáxis junto da opinião pública alusiva à Páscoa. Os carros da marca foram equipados com cabeceiras onde figurava um folheto com votos de boa Páscoa aos clientes Cooptáxis. A marca aproveitou para distribuir chapéus de chuva com os logótipos da Cooptáxis e da sua aplicação para smartphones Taxiclick.

REPOSIÇÃO DOS FERIADOS



A Lei 8/2016, de 1 de abril, faz a reposição de quatro feriados que haviam sido retirados, no âmbito do Código do Trabalho. Efetivamente, o n.º 1 do artigo 234º do Código do Trabalho consagra os feriados obrigatórios e tinha sido alterado pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho, que eliminava quatro desses feriados.

A Lei 8/2016, no seu artigo 2º, procede a nova alteração ao n.º 1 do artigo 234º, repondo a redação anterior a 2012 e, assim, todos os feriados obrigatórios.

A reposição é efetiva em 2016 e tornam a ser feriados os dias de Todos os Santos (1 novembro), da Implantação da República (5 outubro), da Restauração da Independência (1 dezembro) e o feriado móvel do Corpo de Deus.

REDUÇÃO DA TSU PAGA PELA EMPRESAS

A TSU, taxa contributiva a cargo da entidade empregadora relativa às contribuições referentes às remunerações dos trabalhadores ao seu serviço, que é paga pelas empresas foi reduzida em 0,75%, de acordo com o DL n.º 11/2016, de 8 de março.

O diploma cria uma medida excepcional de apoio ao emprego, através da redução daquela taxa contributiva, que se reporta às contribuições referentes às remunerações devidas nos meses de fevereiro de 2016 a janeiro de 2017, sendo incluídos valores a título de subsídios de férias e de Natal.

A redução da taxa contributiva está dependente da verificação cumulativa de algumas condições: o trabalhador estar vinculado à entidade beneficiária (contrato de trabalho a tempo completo ou a tempo parcial) com data anterior a 1 de janeiro de 2016; o trabalhador auferir, em 31 de dezembro de 2015, uma retribuição mensal de valor entre 505,00 e 530,00 euros, ou de valor proporcional, se em contrato a tempo parcial; a entidade empregadora ter a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

A nova legislação produz efeitos a 1 de fevereiro de 2016.

CERTIFICADO DE MOTORISTA DE TÁXI

O modelo do Certificado de Motorista de Táxi (CMT) já foi definido oficialmente, com a publicação, em 2 de fevereiro, dos Despachos n.º 1602/2016 e 1603/2016, do presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, IP). Estes despachos vêm completar o que a Lei n.º 6/2013, de 22 de janeiro, definiu, ao aprovar o regime jurídico de acesso e exercício da profissão de motorista de táxi e a certificação das entidades formadoras. Essa legislação determina que é ao IMT que compete emitir o CMT, em modelo agora fixado por despacho do seu presidente do Conselho Diretivo. A mesma Lei estabelece que o modelo de requerimento para obtenção do CMT é fixado por despacho daquela entidade reguladora. O CMT e o certificado de motorista de táxi provisório têm o formato 85,60mm por 53,98mm, em suporte PVC, com o logótipo do IMT, IP, o nome e a fotografia do motorista, o número do certificado e a validade do mesmo.

O CMT deve ser colocado no lado superior direito do para-brisas de veículo, de forma bem visível para os passageiros.

Os anexos I, II e III dos despachos do IMT estipulam os modelos de CMT, de CMT provisório e de requerimento para obtenção de CMT.

ILEGAL MULTADO EM QUATRO MIL EUROS EM MADRID



A capital espanhola de Madrid viu immobilizada e multada em 4.000,00 euros a primeira viatura a operar ilegalmente, no aeroporto de Barajas. O veículo foi alvo dos agentes da autoridade ao abrigo da nova lei, em vigor desde 1 de janeiro deste ano, que permite immobilizar as viaturas ligeiras que realizem serviços de transporte urbano sem a respetiva licença.

As coimas previstas pela nova legislação espanhola oscilam entre os 1001,00 e os 6.000,00 euros e acumulam com a imediata immobilização da viatura.

A operação de immobilização e de aplicação de coima teve origem numa denúncia efetuada por motoristas de táxi.

DEBATE TEMÁTICO SOBRE A 2ª CIRCULAR

FPT PARTICIPA NA PRIMEIRA SESSÃO



A Federação Portuguesa do Táxi participou na primeira sessão do Debate Temático sobre o projeto da Câmara para a Segunda Circular, promovida pela Assembleia Municipal de Lisboa promovida no dia 1 de fevereiro, no Hotel Roma, iniciativa que contou com a colaboração de especialistas e responsáveis da mobilidade, ambiente e aviação, bem como de cidadãos e de representantes de movimentos e de forças partidárias.

O município explicou a futura intervenção, que visa “melhorar a fluidez do tráfego e conferir mais segurança à via”, e ouviu as entidades convidadas.

Os representantes do Automóvel Club de Portugal e da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária falaram sobre o impacto na segurança rodoviária, e a Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas e a Quercus abordaram os efeitos do projeto sobre o ambiente e a paisagem.

A Infraestruturas de Portugal, a Carris (Transportes de Lisboa), e as associações representativas dos táxis referiram o impacto no trânsito e nos transportes públicos.

Os efeitos na segurança da navegação aérea foram sublinhados pela ANA - Aeroportos de Portugal e pela NAV -- Navegação Aérea de Portugal.

As intervenções e o debate contribuem para o relatório da Assembleia Municipal e para uma deliberação com recomendações daquele órgão à Câmara Municipal.

Reproduzimos na íntegra a intervenção da FPT, que foi representada por António Marques. Rodolfo Melo e Eduardo Cacais também representaram a FPT e, no período de intervenção do público, Eduardo Cacais realçou a importância de alguns aspetos da comunicação da FPT.

Até 29 de janeiro, esteve em consulta pública o projeto para a Segunda Circular, com reformulação de alguns acessos e dos nós de acesso ao itinerário complementar IC19 e à autoestrada A1, encaminhando o trânsito para a Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL). Está também prevista a implantação de um separador central maior e arborizado (com mais de 500 freixos), a plantação de 7.500 árvores na zona envolvente, a redução da largura das vias e a diminuição da velocidade, de 80 para 60 quilómetros/hora. O projeto inclui a ampliação do separador central, repavimentação, renovação da sinalética, iluminação e drenagem, criação de um sistema de retenção de veículos, introdução de guardas de segurança e a criação de zonas de transição nos acessos. A intervenção vai também contar com o asfaltamento completo da Segunda Circular com um pavimento anti-ruído e com mais capacidade de aderência.

OBRAS COMEÇAM NO FIM DO VERÃO

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, comentou o projeto apresentado sobre a requalificação da Segunda Circular e disse que “as obras arrancam no final do verão”, salientando que o projeto “é mais simples do que aparentou no debate público”.

A CML defende que o objetivo do projeto é “uma maior humanização, com a colocação de árvores e arbustos que tornem menos agressiva a circulação, para permitir mais segurança e conforto e menos stress e angústia aos automobilistas”.



A CM Lisboa já aprovou o lançamento do concurso para reabilitar a Segunda Circular, obra que será complementada com outras intervenções, segundo o presidente da autarquia, que lembrou que “junho foi a nossa data inicial, apontada quando o processo se iniciou, em dezembro. Agora, os prazos foram reajustados em função do processo de consulta pública”, salientando que os trabalhos devem terminar “no início de 2017”.

AValiação da FPT sobre a Proposta de Intervenção na 2ª Circular

Minhas Senhoras e Meus senhores,

A Federação Portuguesa do Táxi agradece o convite da Exma.

Senhora Presidente e tem o maior gosto em estar presente neste debate temático sobre a 2ª Circular, por vós promovido.

Possivelmente seria mais frutuosa a colaboração da FPT se tivéssemos sido auscultados numa fase mais embrionária. Acumulamos o saber de milhares de profissionais singulares e coletivos, pelo que poderíamos ter contribuído ativamente para enriquecer este projeto.

Após análise dos vários documentos que estão publicados sobre o tema em debate, a FPT considera que a concretização deste projeto entronca em duas vertentes: benefícios e constrangimentos.

Sãos benefícios:

1 – A intervenção prevista é essencialmente uma obra de beneficiação rodoviária e que consiste na reposição de todo o pavimento com uma solução que aumenta muito a aderência dos veículos e reduz muito o ruído substituição de todo o sistema de iluminação que irá melhorar os atuais níveis de iluminância substituição de todo o sistema de drenagem com substituição dos órgãos de drenagem e melhoria da drenagem transversal, eliminando a possibilidade de ocorrência de fenómenos de “aquaplaning”. Substituição de todo o sistema de sinalização em particular as marcas rodoviárias horizontais, o que irá melhorar a fluidez e a segurança da circulação.

2 – A solução proposta mantém as três vias por sentido em cada faixa e uma 4ª via nas zonas de entrecruzamento e nas faixas de aceleração e abrandamento. Nessa medida a proposta mantém a atual capacidade da 2ª circular.

3 - A solução proposta procura eliminar alguns dos entrecruzamentos mais perigosos designadamente na zona compreendida entre o nó com o eixo N/S e o nó de Calvanas. Nessa medida, a solução proposta procura eliminar situações que originam atualmente atrasos na circulação.

4 – A introdução do limite de velocidade para 60Km/h tem como objetivo aumentar a segurança, sem por em causa a fluidez, uma vez que o débito máximo de uma estrada atinge entre os 50Km/h e os 60Km/h. A uniformização da velocidade evita as acelerações e travagens bruscas diminuindo a ocorrência de filas de espera.

Relativamente aos constrangimentos:

5 - A introdução do limite de velocidade de 80km/h para 60Km/h pode ser considerada um constrangimento sobretudo nas horas de menor tráfego. No entanto, tendo em conta a necessidade de evitar a circulação a velocidade excessiva, sobretudo durante o período noturno (muitas vezes acima dos 120 Km/h), que põe em causa a segurança dos automobilistas, esta medida torna-se necessária. O seu controle é realizado através de radares que serão assinalados e alertados os automobilistas para a circulação em excesso de velocidade.

6 – As obras irão decorrer num período de 11 meses. Os trabalhos só ocorrem entre a 24h00 e as 5h00, com constrangimentos à circulação entre as 23h30 e as 5h30. Todo o sistema está previsto para que a circulação nesse período ocorra com total segurança.

Em conclusão:

1 – A FPT considera que, de um modo geral, a intervenção proposta pela Câmara para a 2ª circular é positiva, uma vez que irá melhorar muito as condições de circulação, devido às beneficiações no pavimento, na iluminação e na drenagem. Trata-se de uma intervenção que era urgente e apenas peca por ser tardia.

2 – Apesar de estar previsto que as obras apenas decorram durante o período noturno, a Federação alerta para a necessidade de tudo se fazer para evitar que as obras possam condicionar a circulação durante o período diurno. Torna-se ainda muito importante que sejam asseguradas as condições de segurança, designadamente ao nível da sinalização, durante os períodos em que o número de vias de circulação fica condicionado.

3 - A 2ª circular é hoje a estrada com mais tráfego em Lisboa e tem grande importância para a mobilidade e para a circulação na cidade. Reconhecendo que nas condições atuais será difícil reservar uma das vias para a circulação de transportes públicos, solicita a FPT que possa ser encarada pela CM Lisboa essa possibilidade no futuro em benefício de uma mobilidade mais sustentável na cidade.

4 – Em relação ao limite de velocidade para os 60km/h, a Federação reconhece que esse limite irá contribuir para a redução da sinistralidade mas deverá ser aplicado como uma medida que contribua efetivamente para o aumento da segurança rodoviária e não como mais uma forma de facilitar a “caça à multa”.

Para finalizar, e percebendo que haverá intervenções mais ligeiras que poderão ser feitas com o recurso à sinalização, consideramos ser fundamental a alteração dos acessos, nomeadamente do nó da Buraca, para libertar o trânsito da segunda circular.

TÁXIS NA BTL

O TURISMO É MESMO O FUTURO. O SETOR REEQUACIONA-SE PARA MELHORAR A SUA CAPACIDADE DE RESPOSTA AOS NOVOS DESAFIOS QUE O PRESENTE JÁ VEM TRAZENDO. NA BTL 2016, A COOPTÁXIS MARCOU POSIÇÃO E APRESENTOU-SE NA VANGUARDA TECNOLÓGICA E COM UM SERVIÇO DE ELEVADA QUALIDADE.

A Cooptáxis participou na BTL 2016 – Feira Internacional de Turismo, em Lisboa, que decorreu entre os dias 2 e 6 de Março, no Parque das Nações.

A marca de referência nacional preparou um *stand* e levou as suas hospedeiras para promover os seus serviços naquela que é “a maior feira de turismo de Portugal”.

O expositor da Cooptáxis teve grande afluência, pelo que a Direção da Autocoope, CRL, detentora da marca Cooptáxis, considerou que “foi uma iniciativa muito positiva” e que “a prova mais clara de que a aposta continuará ganhadora para todas as partes envolvidas é que a Cooptáxis tem sido contactada para apoiar mais eventos.” Esta participação centrou-se no objetivo de ativar o posicionamento da marca no mercado, sublinhando “a qualidade, segurança e conforto das viaturas e a competência e elevado nível de formação dos industriais”.

Para os responsáveis da marca, “é muito importante estar ativamente presente neste tipo de eventos, pois é aqui que a nossa marca se alia à realidade, num serviço tecnologicamente avançado, rápido e personalizado”.



USUFRUA DOS SEUS DIREITOS CUMPRINDO OS SEUS DEVERES



MANTENHA A SUA QUOTA FPT ATUALIZADA

PARCERIA PARA VENCER

A REVISTA TÁXI CONVERSOU COM O ENGENHEIRO MIGUEL OLIVEIRA, DIRETOR DE FROTAS DA RENAULT PORTUGAL, E FEZ UM BALANÇO DA PARCERIA QUE A MARCA DESENVOLVE, HÁ CERCA DE QUATRO ANOS, COM A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO TÁXI. UM TRABALHO PARA CONTINUAR, AO ENCONTRO DAS EXIGÊNCIAS PROFISSIONAIS E TÉCNICAS DO SETOR.

A Renault Portugal, marca que também representa a Dacia no nosso País, faz um balanço da parceria com a FPT, passados cerca de quatro anos sobre o início do acordo para trazer viaturas mais modernas ao Setor.

Miguel Oliveira, diretor de Frotas da marca, explica que nesta etapa, quanto à Dacia, “apresentamos carros muito competitivos em termos de valores, seja no que respeita ao preço das viaturas como no que concerne aos custos em serviço de táxi”.

A Renault Portugal aposta, em Lisboa, no reforço dos horários da assistência aos profissionais do Setor, sublinhou o responsável, que evidencia também que a disponibilidade para entrega das viaturas foi reforçada, com redução do tempo de espera dos profissionais por viaturas novas.

“Em relação à lógica do mercado, a vantagem deste produto [Dacia] é permitir, com menor custo de utilização, uma maior rotação das viaturas”, explica Miguel Oliveira. Em destaque também as vantagens de se tratar de viaturas mais atuais e com níveis de emissão adequados ao cumprimento das exigências das entidades municipais na área ambiental. O responsável da Renault Portugal refere que “assistiu-se a uma alteração no mercado português, com redução do tempo de permanência das viaturas e a consequente renovação da frota, com carros mais modernos, menos poluentes e com níveis de consumo mais reduzidos.

“Consolidámos a nossa forma de estar, pois preocupámo-nos em credibilizar a nossa oferta junto do Setor”, sublinha Miguel Oliveira, que afirma que “queremos continuar a ser a marca de referência para os profissionais do Setor”.

A marca, consciente das necessidades dos profissionais do Setor de avaliarem fisicamente a oferta produto, criou em Lisboa um espaço específico para o efeito, onde pode ser avaliada a gama táxi mais representativa.



A Renault/Dacia têm como objetivo neste ano atingir as 1000 unidades vendidas ao Setor, tendo em atenção que “temos uma gama completa e adaptada às exigências dos profissionais do Setor”. Sobre novos produtos, a Renault Portugal avança que, no futuro, o modelo Megane Sport poderá substituir o Fluence. Sobre as viaturas elétricas que estarão disponíveis, a Renault Portugal poderá lançar uma frota de táxis elétricos para demonstrar a adaptabilidade e a robustez da viatura elétrica em relação às exigências do Setor.

“Fazemos testes às viaturas, com a colaboração das entidades parceiras, como foi o caso do Renault Fluence elétrico ou do modelo GPL, para melhor respondermos às necessidades do Setor”, destaca o diretor de Frotas da Renault Portugal, como exemplo da eficácia do protocolo com a Federação.

Sobre o futuro dos carros movidos a eletricidade, a Renault Portugal sente “confiança por parte das entidades que operam”, o que permite lançar novos desafios em relação ao carro elétrico.

“É com grande satisfação e entusiasmo que trabalhamos hoje com as entidades que representam o Setor, procurando sinergias, antecipar soluções e apresentar aos profissionais as ideias e propostas mais económicas, mais rentáveis e de maior durabilidade”, afirma Miguel Oliveira, acrescentando que “posso levantar um pouco a ponta do véu, afirmando que estamos já a preparar uma solução para uma viatura de sete lugares, a enquadrar numa potencial flexibilização da atual legislação das viaturas de sete lugares, que passarão a poder operar em dois níveis de tarifa”.

Em conclusão, a Renault e a Dacia reentraram há quatro anos no Setor, que, segundo o responsável, “sabíamos ser competitivo e exigente, onde tínhamos de quebrar conceitos e pressupostos muito fortes, com um objetivo claro de ser líder de vendas do mesmo, mas sobretudo de apresentar propostas e soluções que nos garantissem uma presença forte e perene, algo que temos conseguido com a confiança dos profissionais do táxi”.

O REGULAMENTO PARA OPERADORES TURÍSTICOS ESTARÁ PRONTO ATÉ AO VERÃO

AUDIÊNCIA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

A FPT foi informada de que a Câmara Municipal de Sintra vai trabalhar para que o futuro regulamento para a atividade de operadores turísticos no concelho esteja concluído no verão deste ano. A novidade foi transmitida pelo vereador Luís Patrício, que recebeu a Federação em audiência, nos Paços do Concelho, no dia 11 de janeiro. Também participaram na reunião os responsáveis camarários, engenheiros Luís Dias e Luís Nunes. A delegação da FPT, composta pelo presidente da Mesa da Assembleia-Geral, Jorge Fernandes, pelo presidente da Direção, Carlos Ramos, e por um representante da associação Voz Sintra que representa motoristas e industriais, Pedro Nascimento, constatou a “vontade da autarquia em regulamentar a atividade dos operadores turísticos, de modo a que a concorrência desleal deixe de marcar negativamente o concelho”. A Federação entregou ao vereador documentos para contextualizar a problemática dos clandestinos e da concorrência desleal, aludindo também à necessidade “urgente” de uma “fiscalização mais efetiva e eficaz”. “Estamos satisfeitos com as informações que nos foram aqui transmitidas”, salientou Carlos Ramos, que acrescentou que a autarquia se dispõe a ouvir o Setor, no âmbito da consulta pública a realizar para finalizar o futuro regulamento, que prevê a criação de circuitos e paragens definidos, contingentação dos efetivos das empresas operadoras turísticas, maior fiscalização e recurso ao critério ambiental. Como já tem ocorrido noutros concelhos, a Federação vai colaborar no levantamento de situações problemáticas naquela área geográfica, que atingem o Setor e os seus profissionais e os próprios passageiros. Praças que não estão devidamente equipadas com abrigos para clientes ou motoristas e WC e outras situações que envolvem as dificuldades dos profissionais e industriais do Setor

serão alvo de um trabalho de recolha por parte da FPT, que enviará posteriormente um dossiê fotográfico expondo essas matérias.

Carlos Ramos explicou ainda que é “importante tratar da regulamentação ao nível autárquico, para que não haja práticas desleais e ilegais”.

O vereador Luís Patrício avançou que a autarquia pretende criar incentivos para as viaturas elétricas no centro histórico e que estão a ser estudadas novas medidas quanto ao estacionamento no concelho, com mais “integração e melhor informação”, com recurso a quadros com a disponibilização do número de lugares vagos em cada parque de estacionamento gerido pelo município, potenciando também o estacionamento em zonas periféricas e uma melhor articulação com os transportes públicos. O vereador informou ainda que as futuras medidas poderão incluir alterações de tráfego no acesso aos monumentos da vila. Para a Federação, a reunião é considerada “muito positiva” pois, como informou Carlos Ramos, “o vereador Luís Patrício tomou a devida nota de todas as questões apresentadas”.

A SITUAÇÃO DAS PRAÇAS EM SINTRA

A Revista Táxi contou com a colaboração do representante da Associação Voz Sintra, que representa motoristas e industriais, Pedro Nascimento, numa volta pelo concelho de Sintra, para fazer um levantamento dos pontos mais problemáticos do concelho. Os táxis e os passageiros são, de uma maneira ou de outra, atingidos pela falta de condições que caracterizam algumas praças do município.

Os pontos mais críticos foram visitados pela reportagem da Revista Táxi em 4 de fevereiro passado, iniciando-se o percurso no Jumbo de Mem Martins, onde a praça de táxis não foi considerada, servindo-se os táxis da paragem dos autocarros.





No Fórum Sintra a praça de táxis não tem abrigo para passageiros ou para os motoristas em espera. No verão, o calor faz-se sentir com severidade, e no tempo da chuva, dá-se o incómodo para passageiros e motoristas molhados. Em Rio de Mouro, as obras de requalificação da estação não incluíram telheiro ou abrigos para os táxis, como acontece com os autocarros. “No Cacém está um bom exemplo de praça de táxis, considerando o abrigo existente para os clientes”, salientou Pedro Nascimento. Na Estação de Caminhos de Ferro de Cacém a iluminação é o problema, pois trata-se de um ponto em que a segurança de passageiros e profissionais é todos os dias posta em causa, pois os candeeiros não funcionam há meses. Há queixas que já foram apresentadas mas que ainda não tiveram resposta por parte do município. Na Estação de Aqualva os profissionais evidenciam “o melhor exemplo de praça de táxis bem preparada”, indicando que “o que está bem feito deve ser elogiado, para que noutros locais possa adaptar-se as condições adequadamente”.

Em Massamá, na Estação que mereceu obras recentemente, a reportagem verificou novamente que não foram acautelados os abrigos. Aqui, a distância entre os abrigos existentes e a praça de táxis é o principal obstáculo. “Muitas vezes, o cliente avança para o táxi mas, partindo de tão longe, pode não conseguir apanhar o táxi, uma vez que o motorista pode responder a uma chamada, não se apercebendo de que há um cliente a caminho. “É pouco prático e em tempo de chuva é muito mau”, refere Pedro Nascimento.

No chafariz de Massamá há uma praça de táxis, em espinha, em frente das lojas ali existentes. Os problemas surgem ao tentar manobras de saída da praça, recuando para uma estrada movimentada, sem boa visibilidade. Acresce o estacionamento de outras viaturas, ao longo da via, que bloqueiam o local, sem cuidar de que se trata de uma praça de táxis.

Em Monte Abraão e na rua António Ennes as praças são consideradas adequadas ao serviço, com conforto para passageiros e profissionais. Aquelas praças estão bem identificadas e marcadas o que muito contribui para que o serviço se processe sem obstáculos e com eficácia.

Pedro Nascimento salientou a falta de casas de banho de apoio às praças de táxi. “Quando é necessário, corremos os cafés

e, de noite, com tudo fechado, temos que resolver o problema na via pública”. A indignidade da situação impõe melhorias que a Federação alerta para que ocorram com urgência. Na Vila de Sintra, centro do município, onde os pontos turísticos são o foco da maioria das deslocações, “é a confusão habitual”, diz Pedro Nascimento. Na Pena, “as carrinhas e os tuk tuk são mesmo muitos, contribuindo gravemente para as demoradas filas de trânsito e para uma vida mais difícil para os táxis”. Junto aos bombeiros de Sintra, perto da rotunda do Ramalhão, há muito espaço que, para os industriais, poderia ser utilizado para descongestionar o estacionamento que envolve viaturas pesadas de passageiros. Poder-se-ia criar ali um interface mais apoiado por estruturas como WC ou abrigos e com serviço de café e alimentação, para os que esperam. Aquele espaço poderia ser rentabilizado e preparado para o serviço de todos os operadores de transportes de Sintra.

Em Mem Martins, a praça de táxis está situada ao longo de um imóvel devoluto, parcialmente protegida por tapumes, mas deixando os passageiros vulneráveis ao vento e à chuva e mesmo à queda de alguma parte do edifício que avança para a ruína. A segunda metade desta praça, dedicada à tomada de passageiros, está mais longe, e em toda a sua extensão o local está cheio de pinos usados para impedir o estacionamento indevido, o que atrapalha o serviço dos táxis, que têm que parar para tomar passageiros mais longe da praça e já na via de circulação, com os problemas que isso origina. Os motoristas têm assim que bloquear parcialmente a via, para evitar as amolgadelas nas portas que batessem nos pinos indevidamente colocados. Houve aviso para a situação, que no entanto não impediu a sua colocação. A Federação apresentará um dossiê que ilustre todos estes casos em que urge uma intervenção que proporcione mais e melhores condições para passageiros e motoristas de táxi.

A edilidade tem estado atenta às informações que a Federação tem recolhido e aguarda-se a marcação de nova reunião para entrega do levantamento sobre os pontos negativos das praças de táxis do concelho.

TRATE DA CARTA DE CONDUÇÃO NA DELEGAÇÃO FPT NORTE

Durante o mês de janeiro, a Federação Portuguesa do Táxi informou pela internet que os associados e outros interessados já podem tratar da documentação relativa à carta de condução na Delegação do Norte da FPT.

A renovação, alterações de morada e outros já podem ser tratados, sem filas nem esperas, e de uma forma simples e rápida. Os interessados levam logo a respetiva guia provisória.

Esta inovação deve-se às melhorias tecnológicas e informáticas de que a Federação está a dotar as suas instalações por todo o País.

“A FPT está ao serviço dos seus associados”, garante Carlos Ramos, presidente da Direção da Federação, que destaca “a maior proximidade desta Casa com os seus associados, em virtude deste novo serviço que prestamos”.

A Delegação Norte foi a primeira a poder atender os associados com recurso a esta nova tecnologia e serviço. Neste momento, este serviço é já uma realidade nas outras Delegações da FPT, no Centro e no Sul (Coimbra e Faro).

Visite a sua Delegação e usufrua dos serviços que a Federação está a desenvolver para os associados!



MERCLASSE
Peças p/ Mercedes

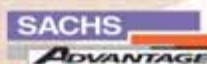
**MERCEDES 220 CDI
2010/2011**

**PREÇO
ESPECIAL TÁXI
19.000€**



Venda de peças para Mercedes

Rua Joly Braga Santos, lote H, 1600-123 Lisboa
Tel.: 217 220 150 – 217 268 879
E-mail: merclasse.geral@gmail.com



● A FEDERAÇÃO OUVE OS ASSOCIADOS

No Algarve, a apreensão marca a atualidade do Setor. Há ameaças à legalidade que põem em causa os direitos dos industriais do táxi. A Federação, através da sua Delegação Sul e do Pólo de Portimão, não descansa e continua a desenvolver novos meios para apoiar os associados e os profissionais, que podem agora também contar com uma inovação informática no tratamento de documentos oficiais vitais para a sua atividade. “Pensamos realizar, no último trimestre de 2016, um encontro regional do Setor, para eleger delegados concelhios e para incrementar a nossa presença junto das autarquias”. O presidente da Delegação Sul da FPT, José Romão, realça que a participação da Federação junto dos associados da região do Algarve é “importante no trabalho da FPT em prol da defesa dos direitos dos industriais do Setor”. A Delegação da FPT em Faro pretende convidar uma individualidade ligada ao Turismo, para preparar os industriais para os novos desafios do Setor. “Será muito profícuo analisar a atualidade do turismo no Algarve”, salienta. A Formação é outra das preocupações do dirigente algarvio, que acrescenta que a Delegação do Sul pretende cativar mais associados em todos os concelhos

algarvios e dinamizar novas ações de formação. “Discutir o Setor na região do Algarve é necessário e urgente”, afirma, salientando que “cerca de 90 por cento do nosso serviço está assente no turismo”, e que “é também necessário debater as características do aeroporto de Faro”, para que a melhoria do serviço de táxi seja uma realidade consolidada. A atividade formativa da Delegação da FPT em Faro e no pólo de Portimão é já muito forte. A Delegação assegura que vai incrementar ainda mais o rigor e a qualidade, no sentido de preparar os formandos para o exames eletrónicos que a legislação em vigor exige. “Melhorar os meios de formação, os manuais e renovar os conteúdos são formas de fortalecer os formandos para a entrada na atividade”, resume o responsável.

A Delegação está já preparada para, através do sistema SIPOL, atender de forma completa os associados que procuram atualizar ou renovar a carta de condução. Os serviços de apoio jurídico aos associados, motoristas e industriais são outra realidade muito positiva desta Delegação.

Com o novo sistema informático, recolhe-se dados na plataforma que permite proceder à renovação do CMT ou da Carta de Condução,



sendo também possível fotografar os interessados e preparar tudo para a emissão dos respetivos documentos. Alterações ao registo de propriedade, o desalfandegamento de viaturas e cópias certificadas de alvará são exemplos da documentação que a Delegação está preparada para tratar, poupando tempo em deslocações dos próprios ao IMT, à Alfândega ou às Conservatórias. O serviço administrativo da Delegação do Sul garante o apoio junto das diversas entidades.

Em Portimão há mais ações de formação, “com grande força”, considerando-se a formação naquela cidade “o melhor exemplo nesta área, na zona do Algarve”. Entre as preocupações que são sentidas pelo Setor no Algarve destacam-se a concorrência ilegal e desleal da Uber, se vier a manifestar-

se no mercado algarvio. “Sabemos e protestamos solidariamente contra a atividade ilegal da Uber noutros pontos do País e tememos que futuramente o Algarve seja outro “alvo” dessa ilegalidade”, sublinha o responsável. A concorrência desleal e ilegal é a sombra que incomoda gravemente todos os industriais do Setor em território algarvio.

Como ameaças ao Setor, a Federação identifica os transferes ilegais, por causa da falta de regulamentação dos princípios de aberturas de agências de viagem, que têm disponibilizado esse serviço. “Falta fiscalização”, alerta José Romão, salientando que o aeroporto internacional de Faro é o “ponto negro” nesta matéria.

A zona do interior algarvio tem suscitado mais preocupação, visto que

tem pouca rentabilidade, depois de ter sido publicada legislação que “arreda definitivamente os táxis do transporte de doentes não urgentes e de crianças”. “Apoiamos as propostas da FPT relativamente à preparação da Convenção Tarifária e sobre o combate aos ilegais”, afirma José Romão. Apesar das diferenças nas características e ameaças aos serviços dos táxis que o Setor sente no Algarve em relação ao que se vive em Lisboa, o dirigente da FPT em Faro garante que “o contacto com as autoridades e com as autarquias deve ser permanente, e defende que “deve incrementar-se uma cada vez maior participação dos associados, seja com a criação de delegados concelhios, seja com reuniões descentralizadas, para auscultá-los sobre as dificuldades sentidas pelo Setor naquela região”.

● ROTÁXI – UMA HISTÓRIA DE SUCESSO



Não posso deixar de estar agradecido e lisonjeado como presidente da Rotáxi, pelo convite formulado pela Federação Portuguesa do Táxi, através do seu presidente, senhor Carlos Ramos, para escrever um artigo simples sobre o historial da Rotáxi.

E tal como Henrique VIII disse a cada uma das suas esposas: Não vos reterei por muito tempo... A Rotáxi Cooperativa Rádio Táxis de Faro foi fundada em 1984. Parte dos seus fundadores, a quem jamais esqueceremos e ao seu esforço na fundação da Cooperativa, já não se encontra no Setor por várias razões, sendo que a maioria por idade avançada. A Rotáxi nasceu com cerca de 30 táxis pertencentes ao concelho de Faro e foi crescendo lentamente ao longo dos anos.

Em 1996, a Rotáxi decidiu efetuar uma tentativa de implantação em outros concelhos no Algarve, ao que se fez aproximação às estruturas existente nesses concelhos cujas frotas eram de pequena dimensão. Constatámos as

dificuldades existentes nesses concelhos em manterem as estruturas em funcionamento durante 24 horas, devido aos custos.

A Rotáxi prontificou-se a investir em sistemas de comunicação que lhes permitissem funcionar através das nossas operadoras e central, já existentes em Faro.

Com esta inovação de funcionamento e com um protocolo com a P.T.

Comunicações na altura conseguiu-se que os utentes dos vários concelhos utilizassem os mesmos números de telefone sendo as chamadas desviadas para a central de Faro.

Com esta alteração, a Rotáxi implantou-se nos concelhos de Loulé, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, em conjunto com Faro. Isto em 1996, tendo atingido o número aproximado de 125 táxis para os quais a central em Faro distribuía o serviço. Esta ação tinha como objetivo provar o que veio a verificar-se:

que se estava a acabar o tempo em que cada industrial de táxi se quisesse tentar e conseguia muitas vezes estrangular a atividade dos demais, pois era o momento de trabalharmos juntos, em prol da rentabilidade do Setor. Mas os tempos não param e a partir de 2010 começamos a reparar que no atual projeto limitado por condições económicas que mais não permitiam pensar na compra de equipamento mais moderno, e isso obrigou-nos a pensar que assim como nas exigências e desafios, seríamos obrigados mais cedo do que pensávamos a alargamentos a tecnologia mais sofisticada, era de facto necessário discutir uma série de modelos futuros.

A grande dificuldade que se punha era que tínhamos que ter em consideração o desenvolvimento das ações ou pelo menos ter em consideração o período decorrente entre as diversas fases, pois a alteração de funcionamento de uma Rádio Táxis, com muitos anos de funcionamento via rádio, para uma de distribuição automática, a diferença de filosofia de funcionamento é tão elevada que iria criar sempre grandes controvérsias, o que é natural, pelo menos na fase de adaptação.

Depois de vários estudos efetuados,

verificámos que o sistema pelo qual nos inclinávamos era um sistema que com facilidade se adaptava a qualquer solução que tivesse que ser introduzida em face das variações do mercado ou que o trabalho nos obrigasse a alterar.

Verificámos que a integração nestes novos sistemas de funcionamento em alguns casos nos obrigava a alteração de postura e comportamento, que não nos podíamos privar de fornecer, tendo em vista as novas regras do mercado que vão exigindo cada vez mais qualidade no serviço prestado, a única forma de garantir o futuro do Setor no qual estamos inseridos.

E todos aqueles que se afirmam donos de todo e pragmatismo do funcionamento isolado não podem esquecer-se que esse esquema mental foi construído há muito tempo, sem uma reflexão adequada e, como tal, totalmente ultrapassado no tempo, pois a resolução dos problemas do Setor passa por decisões do coletivo e não por sistemas ou atitudes individualizadas.

A grande viragem da Rotáxi aconteceu em 2012 com a decisão final da escolha do equipamento a adquirir para todas as viaturas e entrarmos na era da distribuição automática.

Nestas alturas das grandes decisões é difícil ser diretor de uma Rádio Táxis, pois tudo pode correr mal e os investimentos são elevados e a responsabilidade é mais que muita, mesmo com o aval dado pela Assembleia-Geral.

Mas depois vem ao de cima aquilo que todos sabemos, o estatuto do poder pela sua natureza, o poder atingido democraticamente em qualquer instituição é acima de tudo responsabilidade quem é eleito sabe que vai confrontar-se com contingências e que não vai ter tempo para perguntar a quem o elege o que deve fazer.

Por isso o que há de nobre no poder não é o que se faz para o conquistar mas sim o que se faz no exercício do mesmo que se conquistou.

A quem tem o poder exige-se que tome decisões que cumpra ao que se propôs ou que prometeu a responsabilidade de decidir não é dos que elegem mas sim dos eleitos sob pena de não se chamar

a responsabilidade do poder mas sim a irresponsabilidade do poder.

Assim sendo, a decisão foi tomada, equipamento Taxitronic GOBOX TX 60 e 70 e integração da Rotáxi no grupo Cooptáxis, fundado pela Autocoope. Passados quase quatro anos de integração na Cooptáxis/Autocoope concluímos hoje facilmente que foi das melhores decisões que tomamos até hoje. A Rotáxi não perdeu a sua identidade mantém intocável todos os seus números de telefone que os nossos utentes sempre utilizaram sendo que as mesmas são atendidas na central de Lisboa por um sistema de desvio simples, com um atendimento muito mais profissional e personalizado com possibilidade de tirar listagem de serviços por carro, por central, por concelho e muito mais informação que seja necessário.

A Cooptáxis/Autocoope têm feito um trabalho de excelência, quer na profissionalização das operadoras, quer nos investimentos efetuados em atualizações constantes dos sistemas de distribuição de serviço. A Rotáxi faz uma visita mensal à sede da Cooptáxis/Autocoope para se integrar das constantes atualizações no sistema, verificando-se uma grande preocupação na modernização constante da distribuição do serviço, investindo sempre na boa qualidade do serviço prestado.

O Grupo Cooptáxis/Autocoope tem sido um pólo de desenvolvimento do País na área de distribuição automática de serviço, com o equipamento Taxitronic. Em nome da Rotáxi de Faro, Vilamoura, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António, os nossos agradecimentos à Direcção da Cooptáxis/Autocoope e em especial ao seu presidente, senhor Carlos Ramos, por toda a colaboração e ensinamentos prestados em várias áreas mas especialmente na área de distribuição automática de serviços nos quais a Rotáxi está inserida em conjunto com a Cooptáxis/Autocoope. Bem hajam

*O presidente da Direcção da Rotáxi
Francisco José Magalhães Pereira (Zeca)*

FPT EM AÇÃO - AGENDA

- 11 JAN-** Reunião da FPT com a vereação da Câmara Municipal de Sintra, nos Paços do Concelho.
- 12 JAN-** Reunião da FPT com o Comando da PSP do Aeroporto da Portela, Lisboa.
- 19 JAN-** Assinatura do Protocolo entre a FPT e a Aptidões & Competências, Lda.
- 26 JAN-** FPT recebida pela direção do Aeroporto da Portela, em Lisboa.
- 1 FEV -** FPT participa na primeira sessão do debate sobre a intervenção na 2ª Circular, em Lisboa.
- 5 FEV -** Reunião com o secretário de Estado adjunto e do Ambiente, em Lisboa.
- 19 FEV -** FPT apresenta à Direção-Geral das Atividades Económicas, em ofício, propostas para revisão da Convenção Tarifária.
- 22 FEV -** FPT solicita ao ministro da tutela um esclarecimento sobre a posição do IMT face à atividade de clandestinos.
- 24 FEV -** Distúrbios com a Uber no aeroporto da Portela. Associações do Setor vão à residência oficial do primeiro-ministro.
- 25 FEV -** Reunião das associações do Setor com o ministro do Ambiente, na presença do secretário de Estado adjunto e do presidente do IMT, IP, em Lisboa.
- 1 MAR -** Ministro do Ambiente declara no Parlamento que “a Uber é ilegal”.
- 1 MAR -** Entrada em vigor do Acordo de ParalisaçãoAPS/FPT para 2016/2017.
- 2 A 6 MAR -** Táxis na BTL-Feira Internacional de Turismo, no Parque das Nações, em Lisboa.
- 4 MAR -** Reunião da FPT com a FECTRANS, na Sede da Federação, em Lisboa.
- 16 MAR -** Segunda reunião das associações do Setor com o ministro do Ambiente, na presença do secretário de Estado adjunto e do presidente do IMT, IP, em Lisboa.
- 23 MAR -** Entrada em vigor da legislação sobre resolução de litígios de consumo, que impõe afixação de dícticos nos táxis.
- 1 ABR -** Reunião da FPT com o presidente do Conselho de Administração da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.
- 5 ABR -** Conferência de Imprensa conjunta para divulgação das iniciativas de protesto contra a falta de vontade política do Governo para resolução da ilegalidade da Uber.
- 9 ABR -** Reunião e sessão de esclarecimento com associados e industriais do Setor, no Hotel Berna, em Lisboa.
- 16 ABR -** Reunião e sessão de esclarecimento com associados e industriais do Setor, no Hotel Antas, no Porto.
- 22 ABR -** Início da sensibilização do público para as iniciativas de protesto do Setor, com distribuição do Manifesto em Defesa do Setor.
- 23 ABR -** Reunião e sessão de esclarecimento com associados e industriais do Setor, no Hotel Ibis em Coimbra.
- 26 ABR -** Reunião e sessão de esclarecimento com associados e industriais do Setor, no Hotel Ibis em Faro.
- 29 ABR -** Iniciativa conjunta de protesto contra a Uber, em Lisboa, Porto e Faro, contra a Uber e a falta de ação do Executivo para cessar a sua ilegalidade.

OBITUÁRIO



No dia 23 de Janeiro de 2016 faleceu o associado João D'Amoreira da Fonte, natural de Alijó

**À FAMÍLIA ENLUTADA,
A FPT PRESENTA AS SENTIDAS
CONDOLÊNCIAS.**



Gabinete Médico

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO TÁXI



Consulta Clínica Geral

- Avaliação Clínica (Enfermeira, Médica);
- Atestados e declarações.



Enfermagem

- ECG;
- Glicémia Capilar;
- Pressão Arterial;
- Colesterol e Triglicéridos;
- Combur Test;
- Administração IM.



Avaliação Psicológica

- Certificados:
CAP inicial;
CC/Gp2;
TCC.
- Psicologia do Tráfego:
Obtenção/Renovação de ADR;
Obtenção/Renovação das Categorias C e E;
Obtenção/Renovação das Categorias D;
Condutores de Veículos Especiais;
Equivalência de Carta de Condução;
Instrutores/Examinadores de Condução Automóvel;
Condutores de Veículos Prioritários;
Revalidação da Categoria B;
- Psicologia de Saúde Pública /Área de Segurança:
Obtenção/Renovação da Licença do Uso e Porte de Armas;

| Obtenção /Renovação | Inclui |
|--|---|
| Carta Simples | - Avaliação Clínica (Enfermeira, Médica); - Teste de visão; - Atestado. |
| Carta Grupo 2 - Pesados < 50 Anos - pesados > 50 Anos | - Avaliação Clínica (Enfermeira, Médica); - Teste de visão; - Atestado. |
| CAP + Carta grupo 2 - Pesados < 50 Anos - Pesados > 50 Anos | - Avaliação Clínica (Enfermeira, Médica); - Teste de visão; - Atestado. |

Táaxiii...

Livre para o seu negócio



Soluções de seguros para Táxis

Lisboa: 211 149 403
Porto: 220 027 737
Portimão: 282 425 560

www.lusoatlantica.pt

LusoAtlântica 
Corretor de Seguros, S.A.

Táxi Seguro | Acidentes de Trabalho | Outros Ramos



ESCOLHA O CAMINHO CERTO! JUNTE-SE À FAMÍLIA COOPTÁXIS

A MAIOR COOPERATIVA DE TÁXIS DA EUROPA



TEMPO DE RESPOSTA

Para uma resposta rápida, o nosso sistema permite obter, em todos os momentos, a localização de cada um dos táxis, e o seu estado. Isto só é possível porque possuímos a mais recente tecnologia de comunicação GPRS e de localização GPS, para que possa tirar o máximo de cada uma das soluções.



TECNOLOGIA AVANÇADA

Disponibilizamos meios automáticos de pedir um táxi (sem necessidade de operadora) através da tecla direta, pelo nosso website, por SMS ou através de smartphones (APP Taxiclick, com mais de 20.000 táxis associados em Portugal e na Europa)



QUALIDADE DO SERVIÇO

Fazemos uma forte aposta na qualidade e variedade do nosso serviço de modo a proporcionar aos nossos motoristas a maior eficiência, com economia significativa de tempo e de custos aumentado a sua competitividade.



GESTÃO DE FROTA

O gestão de frotas utiliza 5 programas de software sofisticados, independentes mas complementares. Este sistema permite obter, em todos os momentos, a localização de cada um dos táxis, e o seu estado (livre/ocupado).



CALL CENTERS

A Cooptaxis fornece serviços de call center a várias centrais de táxis do país que asseguram resposta 24 horas por dia, 365 dias por ano: Lisboa, Loures, Odivelas, Seixal, Almada, Portimão, Faro, Loulé, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António.

www.cooptaxis.pt



+ de 2000 profissionais. Todos os dias! O dia todo!